

HE 240.25. J84. RG5-
2008



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: ECONOMIA E ESTUDOS EUROPEUS

A COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NA RECONSTRUÇÃO
DAS ECONOMIAS DA EX-JUGOSLÁVIA

JOSÉ MIGUEL RAMIRES ROMANA

ORIENTAÇÃO : PROFESSOR DOUTOR JOÃO DIAS

JÚRI:

Presidente: Doutor João Dias, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais : Doutor José Manuel Martins Caetano, Professor Associado da Universidade de Évora

Doutor Victor Manuel Mendes Magriço, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

JULHO/2008

A Cooperação da União Europeia na Reconstrução das Economias da Ex-Jugoslávia

José Miguel Ramires Romana

Mestrado em: Economia e Estudos Europeus

Orientador: Professor Doutor João Dias

Provas Concluídas em: Julho de 2008

Resumo

A análise do papel da União Europeia na reconstrução dos Estados que nasceram do conflito da dissolução da Jugoslávia será o tema central desta dissertação. Será feita uma breve citação histórica dos factos ocorridos durante a década de noventa e o apoio prestado pela comunidade internacional na resolução da guerra e na reconstrução dos países afectados. É realçada também a importância que o sucesso da economia eslovena e a sua integração na UE representou para estes países. O trabalho focaliza o restabelecimento das relações comerciais destes novos países e o incremento destas com a UE, bem como da entrada de investimento directo estrangeiro para a modernização e melhoria da economia da Ex-Jugoslávia. Será dada especial atenção ao enorme esforço financeiro e político exercido pela UE na cooperação com a Ex-Jugoslávia, com vista à resolução dos graves problemas económico-financeiros. Relata as principais medidas utilizadas pela UE e os primeiros resultados da reconstrução económica destes países, os quais estão criando condições para uma futura adesão destes países à UE, o que irá marcar a história da construção europeia durante a próxima década.

Palavras-Chave: Comércio Internacional, Cooperação para o Desenvolvimento, Integração Europeia, Investimento Directo Estrangeiro, União Europeia, Jugoslávia

The European Union's Cooperation in the Recovery of the Former Yugoslavian Economies

José Miguel Ramires Romana

Master in: Economy and European Studies

Supervisor: Professor Doutor João Dias

Concluded in: July 2008

Abstract

The analysis of the relations between the European Union and the new states that emerged at the end of the Yugoslavian conflict during the recovery process will be the main subject of this thesis. An historical summary will be made on the major facts which occurred during the nineties and the role of international community as far as the war's resolution and the recovery of the affected countries are concerned. It is also underlined the importance that the Slovenian's economy success and its integration represented to these countries. This thesis makes an analysis on the reestablishment of trade relations of these countries, especially with the EU and the flow of foreign direct investment to the modernization and improvement of the Former Yugoslavian economies. The main focus of this thesis will be placed on the enormous financial and political effort exercised by the EU in cooperation with Former Yugoslavia, in order to give solutions to the serious economic and financial issues. It relates the main measures used by the EU and the first results of these countries' economical recovery that are creating conditions for a future integration in the EU, which will mark the history of the European Union during the next decade.

Key-Words: Cooperation to the Development, European Integration, European Union, International Trade, Foreign Direct Investment, Yugoslavia

Siglas

- BERD** - Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
- EM** - Estados-Membros
- EUA** - Estados Unidos da América
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- IDE** - Investimento Directo Estrangeiro
- IPA** - Instrumento de Assistência de Pré-Adesão
- PESC** - Política Externa e de Segurança Comum
- UE** - União Europeia



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	8
2.	DISSOLUÇÃO DA JUGOSLÁVIA.....	13
2.1.	Preliminares do conflito	13
2.2.	Dissolução federal e início do conflito generalizado.....	15
2.3.	O alargamento do conflito à Bósnia e o papel da comunidade internacional.....	17
2.4.	O enclave de Srebrenica e a incapacidade da ONU em encontrar uma solução	17
2.5.	A Comunidade Internacional na mediação do conflito. Os Acordos de Dayton.	18
2.6.	Final do conflito e aproximação à UE	23
2.6.1.	Consequências do conflito para a Comunidade Internacional.....	24
2.6.2.	A aproximação da Ex-Jugoslávia à UE	24
2.7.	A recuperação económica e a integração europeia da Eslovénia.....	25
2.7.1.	Evolução do diálogo com a UE	26
2.7.2.	Reconstrução económica e relações comerciais com a UE	27
2.7.3.	O investimento directo estrangeiro na Eslovénia	29
2.7.4.	A independência económica da Eslovénia em síntese.....	30
3.	O RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E DO INVESTIMENTO NOS BALCÃS	32
3.1.	Comércio externo e recuperação económica	32
3.2.	A importância do comércio com a UE como perspectiva para a adesão	41
3.3.	Investimento directo estrangeiro	43

4.	A COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA COM OS ESTADOS DA EX-JUGOSLÁVIA.....	53
4.1.	A génese da cooperação UE - Ex-Jugoslávia.....	56
4.2.	Gestão e coordenação da ajuda da União Europeia	57
4.3.	Fontes de Financiamento.....	58
4.4.	A recuperação económica resultante da cooperação	59
4.5.	Evolução da Cooperação nos últimos anos	64
4.6.	O reforço da cooperação dentro da Ex-Jugoslávia – o Dayton Triangle.....	66
4.7.	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão 2007-2013	67
4.7.1.	As componentes do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão	68
4.7.2.	A repartição dos fundos do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão	70
4.8.	O Programa de Cooperação Transfronteiriça do Adriático	72
4.9.	Outros progressos ao nível da cooperação	74
4.10.	Consequências políticas da cooperação UE - Ex-Jugoslávia: uma nova Mitteleuropa?	76
5.	CONCLUSÕES	78
	BIBLIOGRAFIA	82
	ANEXOS.....	86

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o contributo daqueles que, directa ou indirectamente, para ela colaboraram e me apoiaram durante o período de elaboração da mesma.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o extraordinário apoio dado pelo meu orientador, o Professor Doutor João Dias por toda a disponibilidade, simpatia e dedicação que demonstrou durante todo o período de execução da dissertação.

Quero ainda agradecer aos meus colegas de mestrado, em especial à Salete Mina, à Joana Leal e à Luísa Alves pelo apoio, companheirismo e amizade que marcou claramente o meu período de estudo no ISEG.

Não me posso esquecer de toda a amizade e ajuda em alguns aspectos técnicos que recebi dos meus amigos, em especial do Nuno Vicente e do Tiago Carvalho, que, desta forma, deram o seu precioso contributo nesta tese.

Agradeço ainda ao Professor Doutor Alberto Gasparini e ao Instituto de Sociologia Internacional de Gorizia (Itália) pela inspiração e pelo gosto que me fizeram nutrir no aspecto da reconstrução da Ex-Jugoslávia.

Por fim, um obrigado muito muito especial à minha mãe Susana pelo infundável apoio que me deu sempre ao longo da minha vida e, em especial, da minha formação. Sem ti, nada disto seria possível.

1. INTRODUÇÃO

A história da Europa sempre foi pautada pela existência permanente de conflitos de maior ou menor dimensão, de maior ou menor impacto, mas sempre relacionados com a *luta* pelo espaço, pelo poder, admitindo sempre a heterogeneidade da população como critério para a delimitação de fronteiras. Os conflitos a que a Europa assistiu prenderam-se sempre com questões políticas, étnicas e culturais, que nos permitem viver no Continente mais fragmentado do Mundo, apesar de ser ao mesmo tempo o de menor dimensão.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, aquela que mais danos humanos e económicos causou na Europa e que consolidou a posição dos Estados Unidos da América como líder mundial, afastando a Europa cada vez mais dessa posição, foi decidida a criação de uma organização de carácter *sui generis*, que impedisse o despoletar de mais crises no *Velho Continente*, institucionalizando um sistema de cooperação entre vários países europeus, tendo como objectivo a integração da República Federal Alemã. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), foi a primeira forma de cooperação europeia, que além dos seus objectivos económicos (criação do *Mercado Comum do Carvão e do Aço*), visava criar um efectivo tratado de paz entre a França e a Alemanha, os dois principais actores da *Mitteleuropa*. A criação da Comunidade Económica Europeia em 1957 e a institucionalização da União Europeia em 1992 (com a assinatura do Tratado de Maastricht) são outros importantes avanços para o processo de integração europeia, por esta altura ainda apenas confinado aos países da Europa Ocidental, enquanto a Europa de Leste estava sob influência da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (U.R.S.S.). A queda do Muro de Berlim, em 1989, vem, por outro lado, abrir uma nova oportunidade à integração dos *Países de Leste*, após a agilização das fronteiras leste-oeste. Este episódio fez despoletar a queda de muitos governos e regimes políticos um pouco por toda a

Europa de Leste, bem como o desmembramento das duas principais federações (U.R.S.S. e Jugoslávia), com o aparecimento de muitos estados a proclamar e declarar a sua independência.

Com base nestes incidentes e para prevenir a ocorrência de novos conflitos, bem como para proteger o direito dos cidadãos da União Europeia, foram institucionalizados o Segundo e Terceiro Pilares da UE, que eram, respectivamente, a Política Externa e Segurança Comum e a Cooperação em Matéria de Justiça e Assuntos Internos. A independência dos Estados e mudança de regimes foi conseguida através de algumas manifestações e revoluções por toda a Europa de Leste e U.R.S.S., de forma mais ou menos pacífica, dada a perda de poder e legitimidade do regime político em vigor, o que não viria a suceder com a Jugoslávia, onde a resistência por parte do estado central foi muito grande. Com efeito, a independência dos estados balcânicos acarretou muitos problemas ao nível da delimitação das fronteiras, devido às minorias étnicas existentes por todo o território, sendo difícil estabelecer onde começa e onde acaba um estado, levantando-se também a questão da existência ou não de uma identidade que permitisse declarar independência do estado federal.

A Eslovénia foi o país que, por ter uma identidade bem definida e maior homogeneidade da sua população, conseguiu de forma mais rápida e menos dolorosa a sua independência. Para tal, foi também importante a sua posição geográfica, mais afastada de Belgrado e muito próxima de Itália e, deste modo, do espaço da União Europeia. Relativamente à Bósnia, Macedónia e Croácia, os movimentos independentistas tiveram mais obstáculos, tendo a Europa assistido impávida ao maior e mais sangrento conflito europeu desde o final da Segunda Guerra Mundial e ao qual a recém criada Política Externa de Segurança Comum se mostrou incapaz de responder. O caso mais crítico foi a Bósnia – Herzegovina, devido à oposição de Belgrado relativamente à constituição de um estado de maioria islâmica no *coração* dos Balcãs, vindo este conflito chamar a atenção da Comunidade Internacional, devido às graves consequências humanas e sociais.

Uma vez finda a guerra, mais uma vez com a importante participação dos EUA, foi enorme a preocupação que a União Europeia demonstrou com a reconstrução, pacificação e estabilização social nos estados que nasceram da Ex-Jugoslávia, territórios que além de delimitarem actualmente as fronteiras da UE, rapidamente se tornariam membros candidatos à integração no espaço comunitário. Além disso, era importante erradicar a influência da Federação Russa e uma eventual aproximação que este país pudesse fazer aos países nascidos da dissolução da Jugoslávia e que se encontravam completamente destruídos.

Contemporaneamente à aplicação de programas oriundos do Banco Mundial ou de outras organizações internacionais, muitos estados a nível individual, investiram nestes países, possibilitando a reabertura de muitas indústrias, a criação de postos de trabalho e a reconstrução de infra-estruturas tão necessárias para o restabelecimento das trocas comerciais e circulação de pessoas. Destes países destacam-se a Itália, a Alemanha e a Áustria que, pela proximidade geográfica e herança histórica partilhada com a região, decidiram investir naqueles países, injectando quantidades consideráveis de capital muito útil para o arranque destas novas, mas obsoletas economias. Contudo, o investimento internacional, apesar de ser muito importante, não é constante, dependendo muito do *rating* de risco obtido por cada país, da conjuntura económica e, claro, da disponibilidade estrangeira em investir.

Neste momento, desempenha um importante meio de apoio a estas economias a União Europeia, através dos seus programas de cooperação para o desenvolvimento. Estes programas que, numa primeira fase estavam centralizados no apoio aos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), provenientes sobretudo da África Subsariana, passam também a visar a reconstrução das economias da Ex-Jugoslávia. As ajudas à Ex-Jugoslávia provenientes da UE começaram logo antes da dissolução do país, mas intensificaram-se logo no final do conflito quando os novos estados se depararam com uma série de carências e de dificuldades económicas nos seus primeiros anos de independência.

A cooperação entre a União Europeia e os países da Ex-Jugoslávia torna-se cada vez mais intensa e importante, uma vez que estes são actualmente candidatos à integração no espaço comunitário, estando o próximo alargamento aos Balcãs (após a Eslovénia em 2004) previsto para o ano de 2010 com a entrada da Croácia. Seguir-se-á a Macedónia em 2013 e posteriormente a Bósnia – Herzegovina e Sérvia em 2015. Montenegro e Kosovo serão, muito provavelmente os finalistas deste elenco de países. O que é certo é que passados dezasseis anos após o primeiro sinal de dissolução da Ex-Jugoslávia, com a independência da Eslovénia, os Balcãs continuam um território em ebulição constante, com o nascimento de movimentos independentistas e separatistas. O regime pelo qual estes países passaram, fá-los aumentar a ambição de se colocarem cada vez mais afastados de Belgrado.

A reconstrução económica das economias da Ex-Jugoslávia é uma questão fulcral de análise de Economia e Estudos Europeus, pelo facto de ser importante conhecer os desafios que estes países enfrentam, tendo em base a sua recente história e a sua condição económica, para se adaptarem a uma economia de mercado competitiva como é a Economia Europeia, bem como as vantagens que daqui poderão obter. Projectar uma futura Economia Europeia, é admitir a posição que Bósnia - Herzegovina, Croácia, Macedónia, Montenegro, Macedónia e Sérvia irão ocupar, bem como os desafios que exportarão para a União Europeia, não só ao nível da insegurança, como também das disparidades económicas que irão, decerto, aumentar, colocando cada vez mais em questão a coesão económica e social da UE. Contudo, estas economias representam também novas perspectivas, que, com um nível salarial baixo, convida ao investimento.

Ao longo deste trabalho, além de ser feita uma breve análise histórica ao conflito, bem como ao enquadramento destes novos países na Economia Internacional, através do restabelecimento de laços comerciais e atracção de investimento directo estrangeiro, será focado o papel e o esforço financeiro e político que a UE exerceu para reconstruir estas economias que se encontram, actualmente, em negociações para poder ingressar no espaço europeu.

Este trabalho tem como objectivo analisar o papel que a União Europeia tem vindo a desempenhar no processo de reconstrução e pacificação nos Balcãs Ocidentais, contribuindo para uma melhoria significativa das condições de vida das populações locais. A aproximação da UE à Ex-Jugoslávia só poderá ser compreendida se analisadas as várias componentes que englobam a cooperação e as relações económicas internacionais, ou seja, as relações comerciais, o investimento directo estrangeiro e a ajuda pública ao desenvolvimento. Apesar desta última componente ser a única que explicitamente é utilizada para auxílio a outros estados, as relações comerciais e o investimento são fundamentais para a criação de riqueza e para a produção industrial de países que se querem desenvolver.

2. DISSOLUÇÃO DA JUGOSLÁVIA

"A euforia de 1990, acerca da onda de libertação da Europa Central e do Leste foi substituída pela depressão... bem como pela tragédia da Ex-Jugoslávia, que constitui uma ameaça" – (*Jacques Delors in Niksic, 1996*).

Este capítulo pretende mostrar os principais acontecimentos ocorridos na Jugoslávia na década de noventa, que levou ao desmembramento daquela federação, e que constituíram uma ameaça à paz e segurança na Europa, interrompendo o período optimista que se vivia com a queda do Muro de Berlim. Cerca de quarenta e cinco anos após o final da Segunda Guerra Mundial, a guerra entrava novamente no território europeu, o que fez despertar o interesse particular da União Europeia nesta crise.

A dissolução da Jugoslávia está directamente ligada ao início do conflito armado. As divergências entre as religiões católica, ortodoxa e muçulmana foram as responsáveis pelo conflito armado e pela dificuldade em aceitar um estado de maioria muçulmana no coração da Europa.

2.1. Preliminares do conflito

A data do início das hostilidades pode ser considerada Junho de 1989, aquando da celebração na Sérvia de uma gigantesca festa nacionalista, comemorativa dos seiscentos anos da batalha no Kosovo e da conseqüente vitória sobre os albaneses. Esta festa nacionalista vem a servir de pretexto para a evocação de outras nacionalidades e lutas pela independência.

A origem do conflito na Jugoslávia foi a politização da religião, principalmente na região da Bósnia - Herzegovina. Vivendo num clima de desconfiança e humilhação para o povo bosniaco da parte do centro do poder, Izetbegovic, que viria a ser o primeiro presidente da

Bósnia-Herzegovina livre, fundou o Partido de Acção Democrática (*Stranka Demokrate Akcije*), defendendo os interesses do povo muçulmano. Por outro lado, Radovan Karadzic iria mobilizar a população sérvia da Bósnia em torno do Partido Democrático Sérvio, enquanto Tudjman iria actuar junto da população croata. A repartição dos resultados das eleições parlamentares de Novembro de 1990, iria corresponder quase na exactidão à divisão étnica da população.

Debrucemo-nos sobre os factos. A Croácia apresenta, juntamente com a Eslovénia a sua declaração de independência, mas a sua localização e dimensão é bem mais sensível do que a eslovena, razão pela qual a oposição à auto-determinação foi mais sentida. A 5 de Outubro de 1990, a Croácia sugere um modelo confederal no qual beneficia, juntamente com a Eslovénia, de um estatuto comparável ao dos Estados-Membros da União Europeia. Dois meses mais tarde vem a adoptar uma Constituição que lhe confere o direito à secessão. A Sérvia e as minorias da população não católica residente na Croácia manifestaram-se contra a independência deste país e os líderes sérvios das regiões de Krajina e Knin declaram a sua separação deste novo país.

O ano de 1991 torna-se decisivo para a independência da Croácia. É realizado a 19 de Maio o referendo para a independência do país, aprovado por 94% da população. Este referendo ocorreu quase sem incidentes, registando-se apenas um boicote em Krajina, ordenado pelos sérvios da região. Após alguns incidentes entre as populações na região croata da Eslavónia Oriental e sobretudo após o governo federal jugoslavo não ter reconhecido o referendo croata e de se ter mesmo ponderado uma possível intervenção militar em Ljubljana, a Eslovénia e a Croácia decidem declarar a independência a 25 de Junho, que seriam suspensas por um prazo de três meses para evitar o início de conflitos.

Esta declaração veio marcar o início das hostilidades entre croatas e sérvios, tendo-se registado centenas de mortos na Eslavónia, Krajina e na cidade de Gospic (que a Sérvia pretendia controlar, para facilitar o acesso ao porto de Zadar, no Mar Adriático). Os doze Estados Membros da União Europeia, sob pressão da Alemanha, decidem reconhecer a Croácia e a Eslovénia a 15

de Janeiro de 1992.

Sendo a Jugoslávia um estado federal, criado em 1919 com o final da Primeira Guerra Mundial, cada um dos estados possuía, antes da dissolução, a sua própria constituição que lhe permitia alguma liberdade de conduta. Foi neste sentido e aproveitando uma autonomia parcial para a elaboração de leis que a Eslovénia escreveu na sua constituição o direito à auto-determinação, apesar das advertências de Belgrado. Esta atitude veio provocar na Sérvia e no Montenegro algumas manifestações anti-eslovenas, o que por sua vez contribuía ainda mais para afirmar a dissolução. No final de 1989, a Sérvia impõe um bloqueio comercial à Eslovénia, mas que não impediu, ainda assim, que se realizassem as primeiras eleições livres naquele país a 8 de Abril do ano seguinte. A onda nacionalista, impulsionada pela queda do Muro de Berlim, viria para ficar e para se expandir aos restantes estados da Jugoslávia. De facto, a Croácia viria a realizar as primeiras eleições livres logo a 22 de Abril desse mesmo ano de 1990, seguido pela Macedónia e pela Bósnia, a 11 e 18 de Novembro, respectivamente.

2.2. Dissolução federal e início do conflito generalizado

Apesar da forte oposição de Belgrado à realização destas eleições livres e da proclamação da auto-determinação por estes estados, a Eslovénia e a Croácia solicitam logo em Fevereiro de 1991 a sua retirada da federação. Esta decisão não foi bem aceite por Belgrado e desde logo regista-se um número considerável de manifestações na capital jugoslava, bem como várias reuniões de emergência convocadas pelo presidente da federação, Borisev Jovic, para discutir e analisar o fracasso do desarmamento dos militares croatas e eslovenos que estava a decorrer. O conflito armado toma aqui o seu início. Apesar de ser praticamente inevitável a independência da Eslovénia, os problemas com a Croácia eram bem maiores, pois envolviam uma fixação de limites fronteiriços com a Sérvia em zonas habitadas por minorias étnicas.

A guerra ir-se-ia desenrolar a partir de agora, primeiro entre a Sérvia e Croácia, sendo no

ano seguinte estendida à Bósnia. Este conflito seria o mais mortífero na Europa desde a Segunda Guerra Mundial e contará com quatro líderes principais: Tudjman (presidente da Crácia), Izerbegovic (presidente da Bósnia), Karadzic (líder dos sérvios da Bósnia) e Milosevic (presidente da Sérvia). O encontro celebrado entre Tudjman, Izerbegovic e Karadzic em Junho de 1991 na cidade de Split, na Dalmácia não viria a trazer conclusões nem a resolver o conflito que entretanto se instalara. O conflito armando na Croácia viria a ser mais sensível nas regiões de Krajina e na Eslavónia Oriental, onde a população era sérvia e croata. A Macedónia, por seu lado, realizou um referendo em Setembro de 1991, no qual noventa e quatro por cento dos eleitores se decidem a favor da independência do país, que será prontamente proclamada.

Perante esta situação delicada no limite das suas fronteiras, a Comunidade Económica Europeia (CEE) decide intervir. O Conselho de Ministros decide a 23 de Abril de 1991, não reconhece declarações unilaterais de independência e a 5 de Julho vai ainda mais longe, optando por um embargo ao armamento e congelamento da ajuda financeira à Jugoslávia. Com o desenrolar do conflito, a CE decide, em Novembro desse ano, adoptar sanções económicas e comerciais contra a Sérvia e o Montenegro, incluindo embargo petrolífero. É ainda decidido o reconhecimento da Eslovénia, Croácia e Bósnia no ano de 1992, bem como o levantamento das sanções económicas a quatro repúblicas, excepto à Sérvia e ao Montenegro. A Sérvia acusa a CE, que há cinco anos tenta arbitrar o conflito, de parcialidade no tratamento da questão jugoslava.

O problema com a independência da Macedónia persiste, devido à oposição por parte da Grécia, pelo facto do nome do novo país ser considerado de exclusiva pertença ao património helénico. A Rússia viria a reconhecer a independência deste país no ano seguinte. Simultaneamente à independência da Bósnia, a Assembleia da Nação Sérvia da Bósnia-Herzegovina, proclama uma República Sérvia independente, denominada República Srpska.



2.3. O alargamento do conflito à Bósnia e o papel da comunidade internacional

Enquanto o conflito na Croácia ia perdendo alguma importância, principalmente após o final do cerco a Dubrovnik, a questão da Bósnia vai chamar mais a atenção dos sérvios, que pretendem proteger os sérvios-bósnios de um estado muçulmano que se estava então a formar no seio da Europa Central. Tem assim início o cerco a Sarajevo, seguido por uma declaração de estado de emergência na Bósnia. Não obstante o conflito instalado no país e um mês após o início da guerra, Bósnia, Eslovénia e a Croácia são admitidas na ONU ao mesmo tempo que se regista um embargo comercial, político e aéreo desta organização à Sérvia (resolução 757).

Em Novembro de 1992 um acontecimento importante muda o rumo da história. Bill Clinton viria a vencer as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América e a sua futura posição sobre o conflito balcânico vai ser decisiva no desenrolar deste. Em 1993, já com dezenas de milhar de mortos nos vários focos de conflito dos Balcãs, realiza-se um encontro em Genebra entre os cinco dirigentes das partes em conflito na Bósnia, juntamente com a ONU e a CE, de onde sai um projecto para a divisão da Bósnia em dez províncias, cuja capital seria Sarajevo, considerada então "cidade aberta". Este plano viria a ser reconhecido por Vance-Owen e, apesar do seu fracasso, foi por diversas vezes, posto em discussão. Perante esta situação, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze dão um prazo de seis dias aos sérvios da Bósnia para que aceitem o plano constitucional para a república e ordenam à Comissão para elaborar medidas destinadas ao isolamento total da Sérvia. Contudo, os líderes muçulmanos e sérvios da Bósnia, não aceitam o plano Vance-Owen.

2.4. O enclave de Srebrenica e a incapacidade da ONU em encontrar uma solução

Paralelamente às divergências para definição das fronteiras surge a questão do enclave de Srebrenica, onde se verificavam conflitos entre sérvios e muçulmanos e que acabaria, porém, por

ser o local da maior limpeza étnica desde a Segunda Guerra Mundial. Este enclave era considerado como uma zona de segurança pela ONU para os muçulmanos que fugiam de Sarajevo que, no entanto se encontrava há vários meses cercado pelas milícias sérvias.

Papel de destaque tem o General Philippe Morillon, que consegue entrar neste enclave à frente de um comboio humanitário. Perante o que viu e pelas dificuldades sentidas em entrar em Srebrenica, o General desloca-se mais tarde a Belgrado onde pede ao Presidente sérvio que utilize a sua influência para deixar entrar mais ajuda humanitária para o enclave. Dá ainda a conhecer a situação desta região à ONU, que tenta evacuar mais de duas mil pessoas do enclave. A Morillon deve-se ainda a proeza de ter conseguido assinar, a 18 de Abril de 1993, um cessar-fogo em Srebrenica, com Ratko Mladic e o comandante do exército muçulmano, Sefer Halicovic. A Alemanha, por seu lado, que desde o final da Segunda Guerra Mundial não podia participar em ofensivas, anuncia a intenção de participar numa operação, denominada Deny Flight, que consistia no envio de aviões de combate norte-americanos, britânicos, franceses e holandeses sobre os céus da Bósnia-Herzegovina.

Perante o prosseguimento dos violentos combates no território, a ONU coloca em execução a resolução 820 que estipula o encerramento das vias fluviais, marítimas, aéreas e terrestres da República Federal da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro), prevendo-se igualmente o congelamento dos bens, materiais ou financeiros, propriedade do Estado ou de cidadãos sérvios ou montenegrinos que vivem no estrangeiro. A Jugoslávia é ainda suspensa do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

2.5. A Comunidade Internacional na mediação do conflito. Os Acordos de Dayton.

A 28 de Abril, o secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, declara a possibilidade dos Estados Unidos virem a intervir militarmente nos Balcãs, desde que esse processo fosse apoiado pelo povo americano. Neste sentido, surge o plano "Lift and Strike" que

prevê ataques aéreos contra os sérvios para levantar o cerco a Sarajevo, mas este plano é rejeitado pelos aliados, que preferem a realização do plano Vance-Owen. Dois dias mais tarde é ainda convocada por mediadores internacionais, uma cimeira que reunirá nos dias 1 e 2 de Maio, em Atenas, os protagonistas do conflito balcânico. Foi nesta cimeira que, finalmente, Radovan Karadzic viria a assinar o plano Vance-Owen. O forte entusiasmo que envolveu esta assinatura, durou apenas poucos dias, pelo facto dos sérvios bósnios terem rejeitado o plano em referendo, com cerca de noventa e seis por cento dos votos.

A primeira vitória dos EUA é conseguida a 10 de Maio quando conseguem exercer influência para a assinatura de um cessar-fogo entre croatas e bósnios. Desta forma, conseguiu-se colocar a guerra da Bósnia apenas numa frente, contra a Sérvia. Esta harmonização de posições é culminada a 18 de Março de 1994, aquando da assinatura, em Washington, sob os auspícios de Bill Clinton, do acordo croato-muçulmano para a criação de uma Federação na Bósnia e para que fosse apresentada uma proposta de constituição. O cessar-fogo só não é respeitado em Mostar, onde continuam violentos conflitos a dividir a cidade.

Paralelamente, surge a resolução n.º 827 do Conselho de Segurança que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Jugoslávia. É lançada ainda uma resolução que aponta para a criação de áreas seguras para os muçulmanos, bem como o policiamento das fronteiras entre a Sérvia e a Bósnia. Esta declaração, elaborada pela França, Reino Unido e Espanha, EUA e Rússia acaba por ser manchada pelo insucesso pois não foram criadas condições para a protecção dos milhares de muçulmanos que se tinham refugiado em Srebrenica e que acabaram por ser mortos pelas milícias sérvias comandadas por Radovan Karadzic. Antes deste massacre foi ainda lançada a resolução n.º 836 da ONU para a protecção de um milhão de muçulmanos bósnios das milícias sérvias. Com as dificuldades sentidas na protecção dos muçulmanos, por insuficiências destas resoluções, a CE sugere a possibilidade de contar com tropas de vários países islâmicos, referindo os exemplos do Paquistão, Marrocos e Tunísia, para ajudar a proteger

as zonas de segurança na Bósnia - Herzegovina.

Nos meses de Julho e Agosto de 1993 surgem vários projectos e propostas para o futuro político dos Balcãs, como resultado de alguns encontros entre mediadores internacionais. A 29 de Julho surge o Plano Owen- Stoltenberg, que consiste na divisão do país em três repúblicas sem denominação étnica. Ao mesmo tempo que se tenta, desta forma, resolver de forma pacífica a questão, a NATO aprova, sob pressão dos EUA, ataques aéreos seleccionados contra alvos sérvios bósnios, que irão ser utilizados como forma de combater o cerco a Sarajevo que as milícias sérvias acabavam de conseguir. Após um ultimato dirigido a estas milícias e o compromisso para sua retirada dos montes que circundam Sarajevo, surge finalmente o acordo para a desmilitarização desta cidade, que deverá permanecer sob controlo da ONU durante dois anos. Em Outubro desse ano, o Secretário-Geral da ONU, Butros-Ghali, propõe uma "Conférence de Paz Balcânica" e no mês seguinte entra em funções o Tribunal Penal Internacional para julgar os crimes de guerra na Ex-Jugoslávia.

Esta é uma época caracterizada por um ambiente menos hostil, aproveitada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE para sugerir o levantamento de sanções contra a Sérvia o Montenegro, em troca de concessões territoriais para os muçulmanos bósnios. A 16 de Dezembro, cinco países da UE e os EUA decidem estabelecer relações diplomáticas com a Macedónia, enviando embaixadores para Skopje, apesar dos protestos da Grécia, tendo-se Portugal mantido solidário com os helénicos. Aproveitando a tranquilidade desta época, os países islâmicos estabelecem relações de solidariedade com a Bósnia-Herzegovina. As primeiras-ministras do Paquistão e Turquia, Benazir Bhutto e Tansu Ciller, visitam Sarajevo.

Perante o relançar de algum conflito armado, a NATO, apoiada pela CE e pela Rússia, lançam ultimatoss às milícias sérvias que acabam por ceder. Alian Juppè, Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, defende que os sérvios-bósnios devem ser autorizados a confederar-se com a Sérvia no quadro de um acordo de paz. Defende que Belgrado deverá aconselhar os sérvios-

bósnios a abandonar a reivindicação sobre Sarajevo, bem como uma reaproximação entre a Sérvia e a Croácia e a concessão de um estatuto de larga autonomia para as regiões da Croácia habitadas por sérvios.

Em Outubro de 1994, quando os mediadores tentavam a todo o custo resolver a questão no coração dos Balcãs surge um novo foco de tensão, desta vez entre a Eslovénia e a Itália devido às expropriações de que foram alvo os italianos expulsos da Ístria no final da 2ª Guerra Mundial. Devido a este foco de tensão, a Itália utilizou o seu veto em todas as negociações celebradas neste ano entre a Eslovénia e a UE para tornarem aquele país como membro - associado. Já em Março de 1995, é de assinalar o acordo de cooperação militar celebrado entre a Jugoslávia e a Rússia, que viria a entrar em vigor com a suspensão das sanções internacionais impostas àquele país. Contudo, nesse mesmo mês, a UE decide unilateralmente em Carcassone não levantar as sanções impostas àquele país. A Sérvia recusou cumprir todos os acordos de paz e cooperação que lhes foram propostos, insistindo nos ataques sobre a Croácia e Bósnia, através de vários voos de ataque. O Verão de 1995 foi considerado como o *Verão Quente dos Balcãs*, tendo-se iniciado com a “limpeza étnica” dos muçulmanos em Srebrenica em Julho e prosseguido com os ataques violentos da NATO sobre a Sérvia, que levaria os sérvios bósnios a iniciar, a 15 de Setembro, a retirada das armas pesadas nas proximidades de Sarajevo.

Paralelamente, nasce um novo foco de tensão na Comissão Europeia com a Grécia. O não-reconhecimento da Macedónia foi levado mais longe, com o início do bloqueio da Grécia à Macedónia. A Comissão toma iniciativas legislativas contra a Grécia, pelo impasse criado no reconhecimento deste novo país. Estas medidas só irão ser retiradas a 20 de Outubro de 1995 quando, em Atenas, Grécia e Macedónia assinam um acordo sobre a abertura de gabinetes de ligação entre as duas capitais.

Novembro é considerado oficialmente o mês do final da guerra da Bósnia, que é marcada pela assinatura dos Acordos de Dayton, entre Bill Clinton, Milosevic, Tudjman e Izerbegovic. Os

Acordo de Dayton, foram também conhecidos como os acordos de paz para a Bósnia e consistia em seis pontos-chave sobre o futuro dos Balcãs:

1. A Bósnia será preservada como Estado unitário, com duas entidades (a Federação da Bósnia-Herzegovina e a República Srpska);
2. Sarajevo permanecerá unida (ao contrário do que pretendiam os sérvios-bósnios);
3. Presidência e parlamento determinados em eleições livres;
4. Refugiados serão autorizados a regressar;
5. Os acusados de guerra pelo TPI serão excluídos da vida política (esta medida dirigia-se sobretudo a Karadzic, que, apesar de ser procurado pelo TPI continuava a estar ligado à vida política da República Srpska);
6. O estabelecimento de uma força internacional importante que deveria supervisionar a separação de forças;

Os Acordos de Dayton foram fortemente criticados pelos sérvios-bósnios, principalmente pelo estatuto de cidade unida atribuído a Sarajevo. Como consequência deste estatuto dá-se o êxodo da grande comunidade dos sérvios de Sarajevo para a República Srpska (estimados em mais de 120 mil).

A 8 de Dezembro desse ano, realiza-se em Londres a conferência sobre a reconstrução da Bósnia, na qual participam mais de cinquenta países e organizações internacionais. Nesta conferência é ainda estabelecido um Conselho de Aplicação da Paz, com sede em Bruxelas, que substitui a Conferência Internacional sobre a Ex-Jugoslávia. Segundo o Banco Mundial, um dos principais participantes na Conferência será necessário um investimento de cinco mil milhões de dólares durante os primeiros três anos da reconstrução. Carl Bildt viria a ser nomeado Alto-comissário para a coordenação do esforço civil de reconstrução.

No ano seguinte, seria também realizada a Conferência de Tirana, na qual a Albânia, Turquia, Macedónia e Bulgária viriam afirmar a intenção de cooperar mais intensamente para

reforçar a segurança regional.

No final desta “Cimeira Balcânica”, os EUA decidem conceder à Albânia uma ajuda militar de mais de cem milhões de dólares, com vista à sua defesa no possível despoletar do conflito do Kosovo. Simultaneamente, a 22 de Maio de 1996, representantes da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro), Croácia e Bósnia-Herzegovina iniciam em Viena a última ronda de negociações sobre o desarmamento na ex-Jugoslávia. A 8 de Junho, Jorge Sampaio, presidente da República Portuguesa, visita as tropas portuguesas na Bósnia-Herzegovina, encontrando-se com Izerbegovic.

2.6. Final do conflito e aproximação à UE

A Guerra dos Balcãs pode ser considerada a primeira grande crise derivada da queda do Muro de Berlim. De facto, o fim do isolamento da Europa de Leste, originou o despertar de movimentos nacionalistas que viriam a nascer essencialmente nas duas principais federações do “Bloco de Leste”: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a Jugoslávia.

No caso da Jugoslávia, a auto-determinação dos povos não foi bem aceite pelo poder central, que apesar de ter perdido o carácter autoritário que a marcara desde a sua criação, sempre se opôs à independência das suas Repúblicas, e principalmente à criação de um estado maioritariamente muçulmano no coração dos Balcãs Ocidentais. A politização da religião foi um factor determinante no início do conflito inter-nacionalista na Jugoslávia. Sarajevo que fora durante muitos anos sinónimo de tolerância e convivência entre povos e religiões, ficou tristemente conhecida como a cidade da xenofobia e do terror.

2.6.1. Consequências do conflito para a Comunidade Internacional

O conflito da década de noventa nos limites fronteiriços na CEE veio mostrar a incapacidade da mesma em responder aos desafios aos quais se tinha proposto. Enquanto se despoletavam vários conflitos entre Belgrado e os estados que proclamavam a sua independência, na CE processava-se a assinatura do Tratado que viria a instituir a União Europeia, conhecido como o Tratado de Maastricht. Este tratado pressupunha a criação de três pilares na UE: o Pilar Comunitário, a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e a Justiça e Assuntos Internos.

Deste ponto de vista, a Guerra dos Balcãs, com a consequente intervenção da NATO, que viria a ser determinante para o fim do conflito, veio mostrar o quão frágil e utópica era a PESC, pelo facto de não conseguir resolver um conflito que afectava directamente as fronteiras externas da Comunidade. A PESC tinha sido criada essencialmente devido aos novos desafios lançados pela queda do Muro de Berlim e pelo “perigo” da aproximação dos países do Leste Europeu. Contudo, o facto das decisões serem terem que ser tomadas por unanimidade, impediu qualquer medida sobre aquele território. Além disso, a UE não dispunha de um exército próprio para combater no terreno balcânico. Neste sentido, a PESC, que tinha sido criada fundamentalmente para evitar a expansão da NATO em território europeu e evitar a demasiada influência norte-americana, bem como afirmar a autonomia da UE em termos de defesa, teve um tremendo fracasso inicial.

2.6.2. A aproximação da Ex-Jugoslávia à UE

A União Europeia tem uma preocupação vital em todas as transformações ocorridas neste espaço europeu. Com o final da guerra e tendo já a Eslovénia apresentado o seu pedido de adesão à comunidade, era mais do que provável um futuro pedido de adesão destes novos países. Contudo, se grandes divergências já existiam entre a Jugoslávia e a União Europeia, devido às

dificuldades em responder aos requisitos para entrada da Comunidade, a destruição, a instabilidade social e desrespeito pelas minorias étnicas afastou ainda mais estes novos estados da Comunidade, pela incapacidade em responder aos Critérios de Copenhaga. Foi por isso necessário realizar um grande esforço de cooperação ao nível da reconstrução destas economias que passou, não só pela União Europeia, como por toda a comunidade internacional, incluindo o Banco Mundial. O esforço de cooperação tem tido resultados positivos, mas muito ainda há a fazer para colocar estas economias ao nível dos princípios da União Europeia.

Com o último alargamento da União Europeia em Janeiro de 2007 à Bulgária e Roménia, as atenções voltam-se agora para os Balcãs Ocidentais. A Eslovénia, que foi o primeiro país da Ex-Jugoslávia a aderir à UE é um exemplo do que os restantes países gostariam de poder seguir. Contudo, estes não gozam das mesmas condições económicas, geográficas e políticas que a Eslovénia dispunha em 1991 e que lhe permitiram apresentar uma estabilidade económica muito superior.

A Croácia é o país que mais condições reúne para ser o próximo a aderir à União. Contudo, a cooperação com o Tribunal Penal Internacional de Haia para a entrega de alguns criminosos de guerra, é fundamental para um parecer positivo dos Estados-Membros. A instabilidade económico-social dos restantes países coloca-os mais longe da Comunidade. Contudo, muito tem sido feito para tornar estes países com economias de mercado competitivas numa economia europeia.

2.7. A recuperação económica e a integração europeia da Eslovénia

A pertinência deste sub-capítulo prende-se com a importância que teve o processo de independência da Eslovénia para os restantes países que faziam parte da Jugoslávia. Se, por um lado, a Eslovénia serviu de impulso para que outros países seguissem o seu exemplo ao declarar a independência, por outro lado, os desafios enfrentados desde essa época ilustram a realidade das

dificuldades encontradas por um país, que nasce em plena década de noventa do século XX e que tenta sobreviver numa Europa já tão fragmentada. Além disso, a cooperação entre a UE e a Eslovénia foi impulsionadora de semelhante aproximação da UE aos restantes estados da Ex-Jugoslávia e constituiu uma etapa importante na consolidação das relações da Comunidade com os Países da Europa de Leste.

A Eslovénia tornou-se independente em 1991, após o final de um pequeno conflito armado, conhecido como *A Guerra dos Seis Dias*, que apesar de ter sido o menos mortífero, foi aquele que mais viria a incentivar os movimentos independentistas pelos restantes estados da República Jugoslava. O exército de Belgrado, preocupado com outros movimentos que iam surgindo pelo território jugoslavo, não colocou grande oposição à independência da Eslovénia, reconhecendo, sem grandes entraves, a sua independência. Com o final da guerra da Ex-Jugoslávia e com a conseqüente aproximação da UE àquela zona geográfica, a Eslovénia formulou, a 10 de Junho de 1996, o seu pedido formal de adesão.

2.7.1. Evolução do diálogo com a UE

No ano seguinte à declaração unilateral de independência, a Eslovénia veio solicitar a conclusão de um acordo europeu e o apoio para a reestruturação e consolidação da sua economia. Um ano mais tarde, aquando da entrada em vigor do Acordo de Cooperação com a UE, o governo esloveno solicitou a abertura de negociações para o Acordo Europeu e foi durante a assinatura deste, em 1996, que a Eslovénia apresentou o seu pedido oficial de adesão à União Europeia. O Acordo de Cooperação previa a isenção de direitos aduaneiros para os produtos exportados pela Eslovénia, um tratamento preferencial dado aos produtos agrícolas, bem como algumas disposições no domínio dos transportes, dos têxteis e da cooperação financeira, mas rapidamente foi substituído por um Acordo Europeu. Este documento tinha disposições mais amplas, prevendo a instauração de um quadro para o diálogo político, a promoção da expansão

do comércio e das relações económicas, assistência técnica e financeira e um quadro de apoio à integração gradual da Eslovénia na União. As principais questões discutidas foram o reforço da estratégia de adesão da Eslovénia, a aproximação da legislação eslovena à comunitária, a reforma da administração pública, a estabilidade macroeconómica e as reformas estruturais.

No âmbito do Programa *Phare*, a Eslovénia recebeu 94 milhões de ecus, entre 1992 e 1996, para apoio dos seus esforços de transformação e pré-adesão. Contemporaneamente, foram realizados programas de cooperação transfronteiriça com a Itália e Áustria, com especial incidência na cooperação económica, ambiental e de infra-estruturas. Entre os principais objectivos do Programa *Phare* destacam-se o apoio aos processos de privatização e reestruturação das empresas, as reformas no sector bancário, o reforço da capacidade de investigação e desenvolvimento, a aproximação da legislação e a reforma da administração pública.

2.7.2. Reconstrução económica e relações comerciais com a UE

Ao nível da reconstrução económica da Eslovénia há a assinalar a institucionalização do Sistema Monetário Esloveno a 8 de Outubro de 1991, imediatamente após a independência com o nascimento do Banco Central Esloveno e da moeda, o *Tolar*. Dá-se uma abertura total do sistema bancário esloveno ao ambiente internacional, nomeadamente com o Banco Nacional da Jugoslávia. A transição económica da Eslovénia foi conseguida bastante com facilidade, devido ao facto de reunir, ao momento da independência, todas as condições favoráveis para uma economia estável e autónoma, destacando-se uma boa localização geográfica (fronteiriça com o território da União Europeia), mão-de-obra qualificada e um número significativo de laços comerciais com o ocidente, estabelecido durante a expansão económica de grandes empresas nas décadas de 1970 e 1980.

Com uma economia de mercado a funcionar em perfeitas condições, um notável

progresso na implementação do *acquis communautaire*, bem como com o desenvolvimento das suas instituições, a Eslovénia apresenta hoje um dos melhores casos de sucesso entre os recém-integrados na União Europeia. Apresentando uma posição de performance fiscal superior à União Europeia e com um nível de despesa pública de 44% do Produto Interno Bruto, a Eslovénia apresenta indicadores que a assemelham à categoria dos países mais avançados da OCDE. Como resultado de prudentes políticas tomadas no passado, que visaram combater os défices total e fiscal, a Eslovénia não apresentou dificuldades em cumprir os critérios de Maastricht para que viesse a entrar na União Europeia.

Relativamente à dívida externa, a Eslovénia apresentava uma cifra pesada, herdada da formação jugoslava, mas que, após negociações com Paris e Londres, acabaria por ser resolvida. A taxa de desemprego desde cedo apresentou níveis baixos e ainda um declínio durante o período de transição, devido ao modelo de privatização do país. Desde 1993 até 2002, a taxa de desemprego decresceu em cerca de um terço, até atingir os 6,3%. A grande reestruturação do mercado esloveno levou com que grande parte da mão-de-obra do sector secundário fosse transferida para os serviços.

Tal como outras economias em transição, a Eslovénia passou por uma séria depressão económica, que teve início no final dos anos oitenta. O último ano em que se registou um crescimento económico na Eslovénia foi 1987. A primeira recessão foi acompanhada por uma fase de liberalização económica, iniciada ainda pelo governo jugoslavo. Contudo, esta resposta chegou tardiamente, visto que a Jugoslávia já se encontrava em crise desde o início dos anos oitenta, devido a uma pesada dívida que suportava. Ainda assim, a crise na Eslovénia viria a aprofundar-se ainda mais com a independência do país em 1991, entrando mesmo em recessão devido à perda do mercado jugoslavo. As exportações, por exemplo, sofreram um decréscimo de 6.6 para 1,5 mil milhões de dólares, enquanto a produção da indústria transformadora sofreu um decréscimo de 49% relativamente à produção de 1986. O Produto Interno Bruto (PIB), por seu

lado, diminuiu em cerca de 21% no ano de 1992, relativamente ao valor registado em 1989.

A recuperação económica da Eslovénia em transição foi facilitada graças a radicais reorientações comerciais das suas empresas para o mercado da União Europeia e pelo investimento directo estrangeiro. A estrutura comercial eslovena indica uma rápida orientação do comércio para o mercado comunitário entre os anos de 1992 e 1999. As importações e exportações com a UE cresceram 13% e 9%, respectivamente.

Outro aspecto importante prende-se com a subida da quota de exportação, muito graças à forte presença de empresas eslovenas nos mercados das restantes repúblicas jugoslavas, bem como em outros países europeus. Logo em 1992, o comércio com a UE aumentou de forma substancial, representando dois terços do comércio externo da Eslovénia e este facto teve repercussões bastante positivas na economia deste país, uma vez que as exportações eslovenas representam cerca de 60% do PIB. Os principais parceiros comerciais são a Alemanha, a Itália e a França, apesar de, em resultado da estabilização da região, as trocas comerciais terem vindo a aumentar com os outros países da Ex-Jugoslávia.

Estudos realizados por Damijan e Macjen no ano 2000 demonstraram o quão importante foi para a Eslovénia a reorientação das suas exportações da Jugoslávia para a União Europeia, mas não foram capazes de atribuir importância ao impacto do investimento directo estrangeiro no país, como causa para a mudança de parceiro comercial (Damijan e Majcen, 2003).

2.7.3. O investimento directo estrangeiro na Eslovénia

O investimento directo estrangeiro não foi significativo no sucesso da fase de transição eslovena, devido ao facto da privatização ser feita essencialmente à base de capitais nacionais e não de estrangeiros. Com efeito, as entradas anuais de IDE nunca ultrapassaram 1% do PIB. Além disso, o controlo de capitais feito pelas autoridades, levou a uma diminuição do interesse de investidores estrangeiros neste mercado. Contudo, uma progressiva diminuição das barreiras ao

investimento directo estrangeiro permitiu o aumento da entrada de capital estrangeiro após 2002, tendo sido o maior investimento a compra pela empresa suíça *Novartis* da farmacêutica *Lek*, negócio que viria a rondar cerca de 750 milhões de euros.

Para atrair mais investimento, foi necessária a realização de um elevado número de reformas nos vários sectores de actividade, devido à transição do antigo modelo socialista da economia jugoslava para uma moderna economia de mercado, obrigatória para uma futura adesão à União Europeia. O output real da economia eslovena estava sofrendo um grande decréscimo nos anos anteriores à independência e caiu ainda mais durante os primeiros anos de transição. Contudo, com uma taxa de crescimento que rondou os 4% por ano verificada após 1993, o output veio acompanhar esta evolução e possibilitou a recuperação da economia nos anos seguintes.

Pode-se assim concluir que o processo de soberania económica da República da Eslovénia surgiu como consequência de um longo período de desintegração económica que terminou deixando a Federação da Jugoslávia à beira da bancarrota. A degradação da economia eslovena culminou com a desintegração do Estado e deveu-se à existência de enormes deficiências, que não puderam ser corrigidas devido à instabilidade política vivida nos anos noventa. O processo de criação de uma soberania monetária na Eslovénia foi conseguido através do sistema constitucional criado em 1974, que possibilitava a descentralização do banco central da Jugoslávia. Neste sentido foi possível uma separação das operações monetário - financeiras dos problemas económicos herdados da economia central e assim demonstrar maior confiança à comunidade internacional.

2.7.4. A independência económica da Eslovénia em síntese

O processo de soberania económica e monetária da Eslovénia surge como consequência de um longo período de desagregação económica e de alterações estruturais da sua economia. A

degradação da economia jugoslava, que se deveu, em grande parte, às enormes deficiências e incapacidade em enfrentar os novos desafios de economia mundial, essencialmente uma economia de mercado, terminou com a desintegração do estado. O sistema constitucional de 1974, que permitiu a descentralização da autoridade económica, foi fundamental para o estabelecimento do processo de soberania monetária e económica, indo depois influenciar a esfera política, levando à independência do país.

A euforia que envolveu a independência da Eslovénia e o sucesso dos primeiros anos de recuperação económica foi um passo decisivo para a reorganização dos outros movimentos independentistas da Jugoslávia. Apesar desta euforia e do sucesso de independência, a Eslovénia deparou-se em 1992 com dois principais problemas macroeconómicos. Um deles foi a dificuldade em privatizar as empresas nacionais, pelo que se procedeu ao lançamento de um programa de reabilitação das empresas, acompanhado por um plano de privatização. O programa de reestruturação foi desenvolvido através do Fundo para o Desenvolvimento da Eslovénia, que teve como objectivo modernizar o tecido empresarial, para depois proceder à sua privatização. O outro problema com que a Eslovénia se deparou foi o elevado e persistente nível de inflação, que se tem situado em torno dos 7% a 8%.

3. O RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E DO INVESTIMENTO NOS BALCÃS

No final dos vários conflitos balcânicos, a comunidade internacional deparava-se com uma nova realidade nos Balcãs Ocidentais, devido ao desaparecimento de uma sociedade aparentemente sólida e coesa, a Jugoslávia, que ocupava todo aquele território enquanto se assistia ao nascimento de novas e pequenas repúblicas independentes, com identidade própria e problemas económico-sociais sérios. Logo, foi necessário que estes novos países adquirissem a confiança de investidores e parceiros comerciais, de forma a quebrarem o isolamento e o nível de risco provocado pelo conflito, apresentando níveis e indicadores de uma economia de mercado em crescimento. Com uma imagem altamente desgastada provocada pela guerra, era necessário que se estabelecessem laços comerciais com países da União Europeia, de forma a aumentar, posteriormente, o diálogo político.

Os seis países que nasceram com o desmembramento da Jugoslávia (incluindo o Kosovo), apresentam características, capacidades e exigências muito diferentes uns dos outros. Por exemplo, enquanto a Eslovénia apresenta já uma economia muito competitiva dentro da União Europeia, tendo inclusivamente aderido à Zona Euro a 1 de Janeiro de 2007, a Bósnia-Herzegovina vive ainda o drama da guerra, necessitando ainda de refazer muito do ficou destruído. De seguida, irá ser estudado ao pormenor a evolução do comércio externo e do investimento directo estrangeiro nestes países, não sendo analisada a Eslovénia, a qual foi objecto de estudo no capítulo precedente, tendo sido a primeira economia da Ex-Jugoslávia a fazer parte da União Europeia.

3.1. Comércio externo e recuperação económica

Para que a reconstrução económica fosse economicamente sustentável, era urgente criar condições para uma produção industrial sustentável, bem como para o consequente

estabelecimento de relações comerciais estáveis para se poder escoar os produtos. Neste sentido, o estabelecimento de laços comerciais com a Europa era muito importante para os países da Ex-Jugoslávia, de forma a aproximar estes países do mercado interno e das instituições europeias. Devido à falta de infra-estruturas de transporte eficazes, o comércio com a União Europeia é muito importante, pois permite que os custos de transporte não sejam demasiado elevados, o que poderia ser uma desvantagem tomando estas economias menos competitivas. Contudo, logo após o final da guerra, alguns países eram incapazes de produzir o suficiente para criar excedente. Pior do que isso, a produção agrícola e industrial da Ex-Jugoslávia não era suficiente para as necessidades dos próprios países, o que a colocava numa situação de forte dependência face ao exterior.

Quadro n.º 1 – Dados gerais da Bósnia-Herzegovina

País	Bósnia-Herzegovina
Capital	Sarajevo
População	3.992.205
Superfície	51.129 Km ²
Unidade Monetária	Konvertibilna Marka - 1,96 KM = 1 Euro
Relações Internacionais	Membro de: ONU, BERD, OCDE e Conselho da Europa
PIB - Ano 2006 (Milhões de dólares)	9.132

Fonte: Elaboração pelo autor com dados do Instituto Italiano para o Comércio Externo (Sarajevo) e UNCTAD – Handbook of Statistics

As maiores dificuldades foram sentidas na Bósnia, pelo facto de não haver condições para o desenvolvimento das relações comerciais, especialmente das exportações, dada a fraca capacidade de criação de produtos competitivos e transaccionáveis numa economia globalizada. Além disso, a Bósnia-Herzegovina teve de se adaptar a uma economia de mercado, com padrões bem diferentes da economia socializada que vivera durante as décadas precedentes. O consumo público e privado desta economia cresceu bastante durante o final da década de 1990, devido ao aumento real dos salários e pela presença do pessoal das organizações internacionais e missões diplomáticas no país. Contudo, este consumo veio determinar o aumento do número de

importações e conseqüentemente um agravamento do défice do país. O êxito económico é fraco e sempre sustentado pela assistência internacional, existindo poucas condições para a recuperação da produção industrial, que poderia aumentar as exportações. O sector industrial sofreu grandes danos com o final do conflito e as grandes indústrias da Bósnia-Herzegovina, a metalúrgica e química, que sustentavam a sua economia, não conseguiram sobreviver à desintegração do país. Os sectores económicos que conseguiram recuperar a produção industrial foram a indústria alimentar, têxtil e da madeira, que, contudo, são de pequena e média escala.

Durante o ano de 2006, a Bósnia-Herzegovina continuou a registar um significativo aumento no grau de abertura da sua economia, que se ficou a dever, principalmente, à conclusão dos acordos de comércio livre estabelecidos com os países ocidentais e do sudeste europeu. Um grande contributo para o aumento das transacções e para a credibilidade da economia bósnia foi o reforço dos controlos fronteiriços, que, juntamente com a introdução da taxa IVA a 1 de Janeiro de 2006 permitiu reduzir significativamente o contrabando de mercadorias. Contudo, apesar das medidas já mencionadas e do grau de abertura ao exterior da Bósnia - Herzegovina, os seus principais parceiros comerciais são os países com os quais já mantinha forte ligação durante o período antes da guerra: Croácia, Alemanha, Sérvia - Montenegro, Itália, Eslovénia, Áustria e Hungria. Foi neste mesmo ano que se deram por concluídos aos Acordos de Comércio Livre com todos os países dos Balcãs Ocidentais e do sudeste europeu.

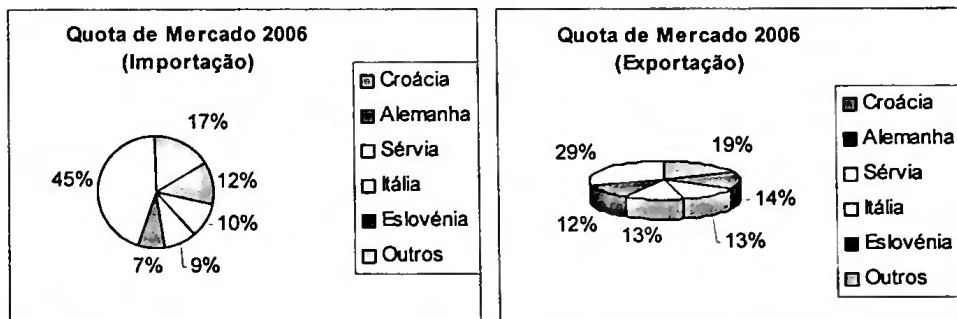
Os produtos onde se registou um maior crescimento das exportações bósnias foram o metal e derivados (superior a 25%), em muito devido à modernização das indústrias metalúrgicas, a madeira e derivados (14%), máquinas e aparelhos eléctricos (11%), corrente eléctrica e carvão (10%), produtos têxteis (9%), produtos químicos (6%) e móveis (5%). No que diz respeito às importações, a maior preocupação está no o sector agro-alimentar, do qual a Bósnia está demasiado dependente do exterior. aumentando de ano para ano o valor importado.

Quadro n.º 2 - Comércio Internacional da Bósnia: Importações e Exportações (Valores em Euros)

Importações			Exportações		
País	2005	2006	País	2005	2006
1. Croácia	952.288	972.982	1. Croácia	395.627	492.498
2. Alemanha	819.268	708.911	2. Itália	253.202	363.986
3. Sérvia – Montenegro	579.164	565.418	3. Sérvia – Montenegro	299.980	347.842
4. Itália	510.459	515.237	4. Alemanha	218.896	341.189
5. Eslovénia	397.930	425.280	5. Eslovénia	186.326	321.241

Fonte: Instituto Nacional de Estatística da Bósnia – Herzegovina - Elaboração de Dados a cabo do Instituto Italiano para o Comércio Externo – Departamento de Sarajevo

Gráficos n.º 1 e 2 – Principais Parceiros Comerciais da Bósnia-Herzegovina (%)



Fonte: Elaboração pelo autor com dados do Instituto Italiano para o Comércio Externo (Sarajevo)

Situação inversa verificava-se na Croácia, onde o valor total das trocas comerciais sempre esteve em constante crescimento, não tendo sido afectada pelos danos causados pela guerra. Com efeito, ao contrário do que se verificou na Bósnia, o sector industrial da Croácia ficou quase intacto pelo facto das zonas mais atingidas durante o conflito terem sido zonas rurais, localizadas nas actuais fronteiras com Bósnia e Sérvia.

Quadro n.º 3 – Dados gerais da Croácia

País	Croácia
Capital	Zagreb
População	4.440.000
Superfície	56.542 km ²
Unidade Monetária	Kuna
Relações Internacionais	Membro de: ONU, BERD, OCDE, OMC, FMI, Banco Mundial e Conselho da Europa
PIB - Ano 2006 (Milhões de dólares)	36.947

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Instituto Italiano para o Comércio Externo (Zagreb) e UNCTAD – Handbook of Statistics

Além disso, a localização geográfica e a existência de algumas infra-estruturas de transporte permitiu a criação de laços comerciais logo após o final da guerra. Em 2006, as transações comerciais croatas somaram cerca de 32 mil milhões de dólares, tendo as exportações ultrapassado pela primeira vez a barreira dos 10 mil milhões de dólares, com uma taxa de 18,3%, superior à das importações. Estes valores mostram claramente uma economia croata mais competitiva, com uma economia de mercado mais consolidada e aberta ao exterior, resultado das várias alterações estruturais que foram necessárias desenvolver.

Quadro nº 4 - Comércio Internacional da Croácia – Importações e Exportações (*Valores em Euros*)

Importações			Exportações		
País	2005	2006	País	2005	2006
1. Itália	2.969.454	3.599.120	1. Itália	1.859.837	2.396.814
2. Alemanha	2.751.127	3.126.187	2. Bósnia-Herzegovina	1.256.121	1.309.967
3. Federação Russa	1.698.597	2.162.000	3. Alemanha	963.093	1.076.204
4. Eslovénia	1.257.383	1.350.589	4. Eslovénia	711.670	850.681
5. Áustria	1.067.278	1.167.695	5. Áustria	628.296	626.929
6. China	873.291	1.144.653	6. Sérvia-Montenegro	393.366	555.569
7. França	777.345	849.316	7. EUA	305.132	327.191
8. Hungria	574.161	650.166	8. Hungria	137.493	171.950
9. Bósnia-Herzegovina	453.159	600.404	9. França	198.550	212.728
10. EUA	397.439	366.963	10. Federação Russa	112.586	123.578

Fonte: Instituto de Estatística da Croácia - Elaboração de Dados a cabo do Instituto Italiano para o Comércio Externo – Departamento de Zagreb

Mais de 90% das trocas comerciais croatas com o resto do mundo são reguladas pelos princípios do comércio livre ou com condições menos restritivas (Países da UE, Países EFTA e CEFTA (Macedónia, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Moldávia, Turquia, Sérvia e Montenegro)). Ainda que se tenham registado nos últimos anos valores bastante oscilantes nas trocas comerciais, a Croácia tem sido fiel aos seus principais parceiros comerciais. A UE constitui o principal parceiro económico, com uma quota de 64,5% das trocas (UE a 25 países), atingindo no último ano um valor de 20,5 mil milhões de euros, com um crescimento de 16,5% face a 2005. Mais de metade das transações comerciais croatas é realizada com cinco países, dos quais três (Itália, Alemanha e Eslovénia) pertencem à União Europeia. De resto, verifica-se ainda uma

quota significativa com os países da região balcânica, demonstrando uma certa continuidade da economia jugoslava, não afectada fixação das fronteiras.

No que toca à tipologia dos produtos comercializados, a Croácia exporta principalmente matérias-primas e produtos intermédios (madeira, petróleo e derivados e matérias plásticas), meios de transporte (principalmente náuticos), motores, máquinas, aparelhos eléctricos e produtos químicos. Pela tipologia dos produtos apresentados, que consiste em artigos com uma elevada e crescente procura, consegue-se explicar a razão do aumento das exportações. Além disso são produtos de algum conteúdo tecnológico, o que contribui para um valor líquido mais elevado. As importações croatas consistem essencialmente em máquinas e equipamentos industriais, combustíveis, bens intermédios, produtos médico - farmacêuticos e produtos acabados de largo consumo (vestuário, calçado, produtos cosméticos e produtos alimentares).

Quadro n.º 5 – Dados gerais da Sérvia

País	Croácia
Capital	Belgrado
População	9.396.411 (incluindo o Kosovo)
Superfície	88.645 km ²
Unidade Monetária	Dinar Sérvio
Relações Internacionais	Membro da ONU e OCDE
PIB - Ano 2006 (Milhões de dólares)	29.493 (Sérvia-Montenegro)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Instituto Italiano para o Comércio Externo(Belgrado) e UNCTAD – Handbook of Statistics

Dinâmica semelhante encontra-se na Sérvia, onde, durante os primeiros oito meses de 2006, as exportações, totalizaram 2,8 mil milhões de euros, segundo o Instituto de Estatística da Sérvia, com um aumento de 26,8% relativamente ao período homólogo de 2005, enquanto as importações chegaram aos 6,4 mil milhões de euros, com um crescimento homólogo de 26,1%. O défice da balança comercial registou, assim, um aumento de 25,6% comparativamente com o mesmo período de 2005, devido principalmente à forte procura de produtos energéticos (20,4% das importações totais) e de matérias-primas, sobretudo de ferro. Por outro lado, a capacidade de exportação sérvia é ainda afectada pela falta de reestruturação da indústria, que impede a

competitividade nos mercados externos dos seus produtos. Apesar das exportações terem registado um aumento significativo nos últimos anos, estas representam apenas 20% do PIB, o valor mais baixo verificado nos países da Ex-Jugoslávia. Este resultado justifica-se plenamente quando verificada a tipologia de produtos exportados pela Sérvia, de baixo conteúdo tecnológico: ferro e aço, produtos horto frutícolas, cereais e vestuário.

Quadro n.º 6 – Comércio Internacional da Sérvia - Importações e Exportações (valores em milhares de dólares)

Importações			Exportações		
País	2005	2006 (Janeiro-Agosto)	País	2005	2006 (Janeiro-Agosto)
1. Federação Russa	1.674.142	1.084.625	1. Bósnia-Herzegovina	748.407	365.050
2. Alemanha	1.092.175	624.037	2. Itália	656.509	452.450
3. Itália	908.755	543.986	3. Alemanha	445.766	320.409
4. U. Mon. Europeia	655.128	555.224	4. Macedónia	262.905	148.956
5. China	508.674	361.818	5. Federação Russa	227.484	142.439
6. E.U.A.	379.311	225.263	6. Croácia	198.835	122.369
7. Bósnia-Herzegovina	292.320	181.427	7. Eslovénia	189.938	119.537
8. França	290.144	169.496	8. França	163.683	119.218
9. Eslovénia	285.358	187.846	9. Hungria	132.867	88.143
10. Ucrânia	283.695	152.939	10. Roménia	131.284	99.129

Fonte: Instituto Nacional de Estatística da Sérvia – Elaboração a cabo do Instituto Italiano para o Comércio Externo – Departamento de Belgrado

Com os resultados já apurados para os primeiros seis meses de 2006, é notória a dinâmica das importações e exportações da Macedónia, aumentando a quantidade das mercadorias transaccionadas. Contudo, a diversificação dos parceiros comerciais não tem evoluído, dando-se prioridade aos laços comerciais tradicionais.

Quadro n.º 7 – Dados gerais da Macedónia

País	A.R.J. Macedónia
Capital	Skopje
População	2.022.547
Superfície	25.713 km ²
Unidade Monetária	Dinar Macedónio: 1 € = 61,3 DMK
Relações Internacionais	Membro de: ONU, BERD, OCDE, OMC e Conselho da Europa
PIB <i>per capita</i> - Ano 2006 (Milhões de dólares)	5.651

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Instituto Italiano para o Comércio Externo (Skopje) e UNCTAD – Handbook of Statistics

Os principais parceiros são, assim, a Rússia, Alemanha, Grécia, Bulgária, Sérvia e Itália. Mais de 40% das importações da Macedónia têm origem em países da União Europeia, enquanto uma quota ainda bastante significativa de 29,5% deriva de países da Europa Meridional. Nos primeiros seis meses de 2006, as trocas comerciais da Macedónia contabilizaram 2.722 milhões de dólares, dos quais 38% correspondem a mercadoria exportada e 62% ao valor importado. Numa análise aos produtos mais exportados verifica-se que a maior parte das vendas da Macedónia pertence ao sector do vestuário (179,59 milhões de dólares), seguindo-se o níquel de ferro (68,78 milhões de dólares), o ferro laminado (56,45 milhões de dólares) e o tabaco (35,77 milhões de dólares). No âmbito das importações, a maior despesa é feita em combustíveis e derivados (218,75 milhões de euros), meios de transporte (64,62 milhões de euros) e energia eléctrica (44,74 milhões de euros).

Quadro n.º 8 - Comércio Internacional da Macedónia: Importações e Exportações (valores em milhões de dólares)

Importações			Exportações		
Parceiro Comercial	2005	2006 (1º Semestre)	Parceiro Comercial	2005	2006 (1º Semestre)
1. Rússia	424	230	1. Sérvia-Montenegro	459	230
2. Alemanha	335	170	2. Alemanha	364	176
3. Grécia	297	151	3. Grécia	297	157
4. Bulgária	234	122	4. Itália	170	109
5. Sérvia-Montenegro	264	115	5. Croácia	81	62
6. Itália	194	102	6. Bulgária	76	51
7. China	115	62	7. Turquia	46	27
8. Eslovénia	128	61	8. Bósnia-Herzegovina	50	27
9. Turquia	114	55	9. Bélgica	0	26
10. Ucrânia	72	50	10. Holanda	45	25

Fonte: Instituto de Estatística da Macedónia – Elaboração de dados: Instituto Italiano para o Comércio Externo – Departamento de Skopje

Para o Montenegro, a experiência em relações comerciais internacionais é bastante recente. Logo após a independência era necessário o estabelecimento de laços de comércio, tendo



neste âmbito assinado acordos de comércio livre com países limítrofes e da área balcânica: Sérvia, Albânia, Bulgária, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia, Roménia e Moldávia, enquanto que o acordo assinado entre a Sérvia-Montenegro e a Rússia, se mantém em vigor para o Montenegro, mesmo após o desmembramento. O quadro legislativo mudou substancialmente, tendo sido adoptadas trinta novas leis, com o objectivo de facilitar a criação de empresas e combater o elevado desemprego. A lei sobre o comércio externo de 2004, preparado em concordância com a Organização Mundial de Comércio mantém-se em vigor para o Montenegro. Além disso, existe uma lei de 2004 que prevê a constituição de zonas francas no Montenegro.

Quadro n.º 9 – Dados gerais do Montenegro

País	Montenegro
Capital	Podgorica
População	650.575
Superfície	13.812 km ²
Unidade Monetária	Dinar Macedónio: 1 € = 61,3 DMK
Relações Internacionais	Membro de: ONU, BERD, OCDE, OMC (observador), FAO e Conselho da Europa
PIB - Ano 2006 (Milhões de dólares)	29.493 (Sérvia-Montenegro)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do UNCTAD – Handbook of Statistics – Elaboração do quadro a cabo do autor

Os dados estatísticos sobre o comércio internacional do Montenegro ainda não são muito precisos, devido à secessão e às novas metodologias aplicadas (distinção entre as mercadorias sérvias e as montenegrinas, etc.). O comércio internacional total em 2005 atingiu os 1.375 milhões de euros, com um crescimento de 4% em relação a 2004. O valor das exportações era de 434,5 milhões de euros, enquanto as importações contabilizavam os 940,3 milhões.

As exportações montenegrinas são pouco diversificadas e de baixo valor: 56% do valor exportado é representado por materiais com baixo teor tecnológico e 3,3% de madeira com baixa transformação tecnológica. A Agência para as Pequenas e Médias Empresas do Montenegro preparou um programa de crédito para as empresas do sector do trabalho da madeira, para tentar diminuir a quota de exportação de madeira em bruto. A indústria do metal de Niksic, a principal

do país, registou uma grande quebra de produtividade no ano de 2004, vindo a interromper a produção em 2005. Foi anulado o contrato com os compradores russos e foi reacendido o processo de privatização.

As importações montenegrinas no ano de 2005 foram repartidas por bens de consumo (70%), matérias-primas (22,5%) e bens de equipamento (7,4%). Os principais parceiros comerciais do Montenegro em 2005 foram, por ordem decrescente de valor transaccionado, Sérvia, Itália, Eslovénia, Grécia e Albânia, aos quais estão associados 66% do total do comércio internacional do país. As exportações de alumínio determinaram a subida de posição da Itália, que é o primeiro importador deste tipo de material com um valor de 98,3 milhões de euros. Segundo os dados provisórios disponíveis para 2006 a Itália torna-se o principal importador do Montenegro, com 40,2% do valor total exportado, seguido pela Sérvia, Eslovénia e Grécia. Para o mesmo período já apurado, a Sérvia mantém a posição de principal fornecedor do Montenegro com 30,9%, seguindo-se a Alemanha (14,1%) e a Itália (10,7%).

3.2. A importância do comércio com a UE como perspectiva para a adesão

Segundo um estudo da *Eurochambres* - Associação das Câmaras de Comércio e Indústrias Europeias (*Rappresentanza Permanente d'Italia presso l'Unione Europea, 2007*), um importante meio que tem contribuído para o aumento da competitividade das economias balcânicas é o comércio com os países da União Europeia, que tem sido realizado graças à manutenção dos laços históricos como os Estados Membros, de entre os quais se destacam Itália, Alemanha, Eslovénia, Áustria e Hungria. O contacto com o mercado comunitário é um importante mecanismo para que estes países alterem a sua legislação, tendo em conta os regulamentos comunitários da UE. Desta forma será possível não só despertar o interesse dos países comunitários por estes mercados, a partir do momento em que existirem menos entraves

ao comércio, como também preparar as estruturas para uma favorável apreciação por parte das instituições comunitárias para futuras adesão à união.

Existe uma clara diferenciação entre as empresas mais e as menos modernas destes países. Enquanto as empresas mais clássicas optam por manter os laços comerciais com os seus antigos parceiros (Federação Russa, Ucrânia e outros países da Ex-Jugoslávia), as empresas modernas (com um produto de maior qualidade) cuja actividade é dedicada à exportação têm estado a alargar os seus contactos com o mercado comunitário. Segundo este estudo, actualmente 26% das empresas dos Balcãs Ocidentais têm o mercado comunitário como destino para o escoamento dos seus produtos, enquanto ainda 48% das empresas inquiridas, referem que a quota das exportações para estes países são iguais ou inferiores a 10%. É relevante assinalar que são as empresas da Croácia, país que mais perto se encontra da UE, que mais exportam para o mercado comunitário. Por outro lado, entre as que menos laços comerciais estabelecem com a UE encontram-se as sociedades da Bósnia - Herzegovina e Sérvia. Ainda assim prevê-se um aumento das transacções comerciais da Sérvia, que irá ingressar na Organização Mundial do Comércio em 2008, segundo o Ministro da Economia *Mladjan Dinkic*. Contudo, para lá chegar, a Sérvia terá que modificar uma série de barreiras alfandegárias e normas internas, como por exemplo a protecção dos alimentos através de normas sanitárias nos controlos alfandegários.

Contudo, apesar dos resultados práticos estarem ainda um pouco aquém do esperado, existe um notável interesse em manter ou estabelecer relações com o mercado da UE. Apenas 3% dos inquiridos referiu não estar interessado nas oportunidades que o mercado da UE lhe poderá proporcionar, enquanto 45% refere que apesar de não ter de momento nenhum contacto, é seu desejo explorar os benefícios das relações comerciais com o mercado comum. Além disso, as empresas das economias da Ex-Jugoslávia vêm como bons olhos uma futura adesão dos seus países à UE, como forma de melhorar o seu acesso ao mercado dos restantes parceiros do espaço, bem como meio para credibilizar as suas exportações, as quais passariam a ter um estatuto

superior. Além disso, muitas empresas esperam que adesão venha a trazer mais transparência e controlo sobre as práticas empresariais no mercado nacional ao nível das leis da concorrência, regras de origem, ajudas estatais, bem como um ulterior aumento dos fluxos de investimento directo estrangeiro.

3.3. Investimento directo estrangeiro

Apesar de ter sido bastante reduzido durante o período que se seguiu ao final da guerra, o investimento directo privado na Ex-Jugoslávia tem registado um grande aumento nos últimos anos, devido à diminuição do risco - país nos vários estados e às inúmeras oportunidades que aquele território coloca, não só pela necessidade de implantar novas actividades produtivas que carecem, bem como devido à privatização das grandes empresas estatais.

A Bósnia-Herzegovina foi dos países que mais interesse despertou pelos investidores, tendo sido 85 os países que, desde 1994 a 2006, investiram neste país, com um montante superior aos dois mil milhões de euros. Elaborando uma análise pela repartição sectorial do investimento, verifica-se que 51,2% do total de investimento estrangeiro é destinado ao sector produtivo, 16,8% ao sector bancário, 14,8% para os transportes e turismo, 7,2% para o comércio e 4% destinava-se ao sector financeiro não bancário. É ainda de referir que, apesar do volume de investimento directo estrangeiro na Bósnia-Herzegovina ser bastante animador, poderia ser ainda mais elevado, caso não existissem obstáculos à presença de bens e capitais estrangeiros no país, essenciais muitas vezes para o desenvolvimento da classe política bósnia e dos ambientes de empreendimento. São ainda necessários mais avanços, com a ajuda da comunidade internacional, no reforço do estado de direito, no aumento das infra-estruturas (discute-se a implementação de uma auto-estrada) e na redução da despesa pública, através da atracção de mais investimento internacional, reduzindo a taxa de desemprego.

No campo da privatização, não se conseguiu avançar na reestruturação produtiva e programática das empresas. Por este motivo as competências para a privatização das empresas estatais foram transferidas em 2002 para a então recém-criada Agência Federal para a Privatização. O sistema de privatização, contudo, não conseguiu assegurar o afluxo de capital fresco, nem a introdução de novas tecnologias e *know how*.

A normativa vigente na Croácia em matéria societária equipara o investidor estrangeiro aos investidor local e a não obrigatoriedade de efectuar algum registo particular do investimento estrangeiro, explica a dificuldade em determinar com exactidão o valor total investido. Os dados divulgados pelo Banco Nacional Croata, classificados por países de proveniência não determinam com exactidão a origem correcta do investimento, isto porque grande parte dos investimentos realizados na Croácia provém de triângulos financeiros.

Relativamente à Croácia, o investimento directo estrangeiro totalizou os 12,5 mil milhões de euros, desde 1993 até 2006, sendo este último ano aquele em que mais capital estrangeiro entrou no país. Nos catorze anos em análise, a Áustria foi o país que mais investiu na Croácia, com uma quota de 22,5%. Esta liderança está sobretudo ligada a motivos políticos e históricos, herdados do Império Austro-Húngaro, quando a região da actual Croácia estava incorporada naquele território. Existe ainda uma forte ligação, não apenas geográfica, entre estes dois países, que persiste em manter-se, actualmente, através dos grandes investimentos provenientes de Viena. O segundo maior investidor é a Alemanha (16,2%), seguida da França (8,8%), dos Estados Unidos (8,7%) e da Itália (7,7%). Contudo, analisando os dados de 2006 pode-se verificar o aumento da posição francesa que, através da compra da instituição bancária croata Splitska Banka pela *Societè Generale Group*.

Na estrutura dos investimentos, verifica-se actualmente um crescimento do tipo de investimentos *greenfield*, cuja quota passou de 43% em 2004, para os 54% em 2005, localizados predominantemente na região de Zagreb, onde se verifica um forte crescimento do número de

grandes superfícies. Relativamente a investimentos de outras actividades produtivas, destacam-se as regiões da Ístria e de Varazdin. Existe também uma concentração de investimentos no sector bancário e financeiro e na indústria de elevada intensidade tecnológica. Com efeito, os dados relativos ao último ano em análise revelam o sector bancário e da intermediação financeira como o mais atraente para os capitais estrangeiros. Os investimentos consistem na recapitalização de algumas instituições bancárias de propriedade estrangeira e na compra de determinados bancos. Desde 2005 que se verifica também um aumento do número de investimento dos sector da alimentação e bebidas, telecomunicações e sector químico-farmacêutico.

Já na Sérvia, a entrada espontânea de investimento foi mais reticente. O clima político pouco favorável, a culpabilização pelos crimes ocorridos naquela região e oportunidades de investimento pouco atraentes foram as principais razões para a falta de estímulo. Por estas razões, o governo criou uma série de procedimentos com vista à criação de um clima mais favorável ao investimento, enquanto o Parlamento aprovou numerosas e importantes leis na esfera económica. Entre estas medidas, destacam-se a Lei Sobre o Registo de Empresas, a Lei sobre a Falência, a Lei que institui a Agência para o Registo de Empresas, a Lei sobre o Emprego e a Nova Lei sobre o Investimento Estrangeiro, esta última apresentada em Agosto de 2006, com vista à criação de um procedimento único, para facilitar ao investidor a criação do projecto, agilizando a obtenção de todos os documentos necessários para desenvolver a actividade. No mês seguinte foi inaugurado o Plano Nacional de Investimentos, destinado ao financiamento de obras públicas e investimentos produtivos do estado. Este plano constitui um marco importante, no qual ficarão registadas as privatizações das maiores companhias estatais e os financiamentos dos organismos internacionais. Os principais sectores beneficiados pelos fundos serão os transportes e as infra-estruturas, educação, saúde e construção. Neste contexto, foi ainda realizada uma reforma fiscal para redimensionar a economia submersa, que está estimada num valor superior a 40% do PIB.

A economia da Sérvia deu ainda especial atenção à pressão fiscal, através de uma série de cortes de impostos, sobretudo impostos indirectos, em particular a introdução da taxa IVA, em vigor desde 1 de Janeiro de 2005. Outro incentivo ao investimento foi dado através da alteração da taxa sobre os lucros das empresas, que passou de 14% para 10%, numa medida aprovada em Julho de 2004. Foi ainda decretado uma ajuda especial às empresas que tencionem investir na Sérvia no âmbito dos serviços internacionais, de investigação e desenvolvimento. Este decreto prevê ajudas que vão desde os 2.000 aos 10.000 euros por cada trabalhador contratado a tempo indeterminado, em operações que envolvam um investimento mínimo de 1 a 5 milhões de euros e a assunção de dez a cinquenta trabalhadores.

No seguimento da introdução de várias medidas favoráveis ao investimento directo estrangeiro, a presença de investidores internacionais na economia da Sérvia registou um constante crescimento, ainda que insuficiente face ao objectivo central de estimular o arranque da economia. Segundo os dados do Banco Central da Sérvia, o valor total do investimento directo estrangeiro em 2005 foi de 1,4 mil milhões de dólares. De entre os principais investimentos realizados nos últimos anos, destacam-se as privatizações operadas pela empresa norueguesa *Telenor* e pela alemã *Stada*, que juntas ultrapassaram a quantia dos 2 mil milhões de euros.

Regra geral, o fluxo de investimento directo estrangeiro na Sérvia enfrenta algumas dificuldades provocadas pelo quadro jurídico, que não oferece ainda garantias e condições suficientes, além do elevado risco político que ainda se verifica. Outro elemento inibitório no fluxo de investimento é gerado pela fraca cultura empresarial existente na Sérvia, ainda que se tenham registado alguns progressos neste sentido. Nos últimos meses, o governo deu avanço a algumas importantes privatizações, entre as quais se destacam a compra da rede de telemóveis *Mobtel* pela norueguesa *Telenor*, num valor que rondou os 1,5 mil milhões

de euros. Outro importante investimento foi a compra da farmacêutica *Hemofarm* pela empresa alemã *Stada*, pelo valor de 475 milhões de euros.

Na Macedónia o IDE tem registado igualmente uma evolução bastante positiva. Em Junho de 2006, a Agência Fitch aumentou o *credit rating* da Macedónia em dois pontos na graduação de avaliação do risco, passando do nível *BB positive outlook* para *BB+ stable outlook*. A melhoria do *credit rating* ficou-se a dever à prudente política fiscal, ao moderado nível de despesa pública e, sobretudo, ao *status* de país candidato à integração na União Europeia. A 20 de Abril de 2006, o Fundo Monetário Internacional completou uma revisão sobre a saúde da economia da Macedónia, referindo-se a um país com resultados económicos muito satisfatórios, devido ao crescimento estável, à baixa inflação e à redução do desemprego. No relatório conclusivo de 5 de Junho, o FMI encorajou o governo a continuar com as reformas estruturais em vigor, reforçando a intermediação financeira com a supervisão do banco central, aumentando a qualidade do ambiente empresarial e a qualidade das instituições. Como resultado das reformas estruturais é de assinalar a entrada em vigor de um procedimento único para a criação de empresas, denominado *One-Stop-Shop*, a adopção da lei da falência das empresas e a descentralização fiscal. Foi ainda registada no final de 2006, uma ligeira redução da taxa de desemprego de 2,4%, relativamente a 2005, que se deveu, essencialmente a movimentos sazonais.

Em Julho de 2006 foi aprovada a Nova Estratégia do BERS para a Macedónia, focalizada no apoio ao desenvolvimento do sector privado, através de financiamento e garantias financeiras às médias empresas através do programa EBRD-Italy Western Balkans Local Enterprise Facility. No sector financeiro, a ajuda do BERS é orientada através das pequenas e médias empresas e ao desenvolvimento de mecanismos de *microfinancing*, enquanto no sector das infra-estruturas as prioridades visam a realização de iniciativas de privatização do sector público e o desenvolvimento de projectos de criação de ligações inter-regionais no sector dos transportes.

Além disso, foi discutida em Itália, por ocasião do fórum *Os Balcãs e a União Europeia*, a necessidade de prosseguir o projecto de construção de um oleoduto de ligará a Região Puglia ao Mar Negro, atravessando a Macedónia.

Por outro lado no Montenegro, o fluxo de investimento directo estrangeiro fica muito aquém do valor potencial, em grande parte devido às dificuldades geradas pelo quadro jurídico do país, que não oferece ainda garantias suficientes aos investidores, além de comportar um risco político herdado dos anos noventa, que é ainda elevado. Outro elemento importante e inibidor do investimento no país, é a falta de cultura empresarial típica de países ocidentais, apesar de se notarem já alguns progressos. Existem interessantes oportunidades de investimento, sobretudo no sector do turismo, mas também no aproveitamento dos muitos recursos naturais (madeira, pedra, minérios, água), nas indústrias de base e nas infra-estruturas. A actividade turística tem crescido de forma exponencial, mas ainda carece de muitas infra-estruturas. O governo montenegrino procura aplicar uma estratégia de progressiva eliminação dos obstáculos burocráticos, através da simplificação dos procedimentos para a constituição e registo de novas empresas, aumento do número de licenças para operar e maior liberalização nas fronteiras e alfândegas.

O investimento directo estrangeiro em 2005 foi de 482 milhões de dólares, colocando o Montenegro no terceiro lugar na graduatória europeia de investimento directo estrangeiro *per capita*, depois da República Checa e da Estónia. A maior parte dos projectos de investimento chega através da privatização de empresas e entes estatais, faltando uma importante componente de criação de novas empresas, que teria um efeito bem mais produtivo na criação de emprego, mas que poderia conduzir a um posterior aumento do défice, através da importação de matérias-primas, energia, etc.). O investimento em 2005 apresentou um saldo bastante positivo, correspondendo a 7,4 vezes superior ao registado em 2004. Este facto deveu-se sobretudo à privatização da Telekom montenegrina, operadora telefónica nacional, conquistada pela húngara Matav por cerca de 150 milhões de euros, pelo investimento da russa Rusal (48,5 milhões de

euros) e pela compra do Banco de Podgorica pela francesa Societè Generale por 40 milhões de euros. No final de 2005, os sectores das telecomunicações, agricultura, produção industrial e distribuição do petróleo tinha sido já privatizados, enquanto no bancário a quota era de 92%.

A privatização no Montenegro iniciou-se em 1992, com a aprovação da Lei Federal sobre a Transformação da Propriedade, substituída em 1999 pela Lei sobre a Privatização. No final de 2005, cerca de 70% das empresas estatais tinham sido privatizadas. Contavam-se já novas empresas estrangeiras tais como a belga Interbrew, a russa Rusal, a japonesa Daido Metal Company, a grega Hellenic Petroleum e a norueguesa Telenor. O porto naval de Bijela está num processo de venda pública, enquanto o luxuoso hotel Sveti Stefan está em vias de ser comprado pela Aman Resort. Está sendo igualmente preparado o processo de venda da tabaqueira Duvanski Kombinat e da sociedade montenegrina das estradas Crnagoraput, bem como a privatização da empresa de energia eléctrica Elektroprivreda, da empresa nacional de caminhos-de-ferro Zeljeznice Crne Gore e da transportadora aérea Montenegro Airlines.

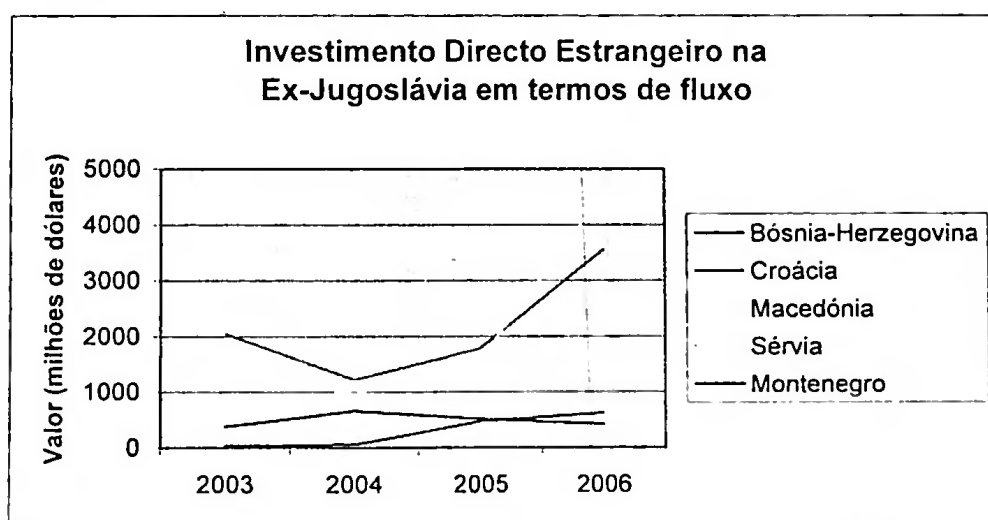
Segundo as autoridades montenegrinas, a independência do país é fundamental para a atracção de investimento directo estrangeiro no território, que apresenta muitas perspectivas de desenvolvimento a vários sectores. Com efeito, segundo uma declaração do Banco Central do Montenegro de 18 de Julho de 2007, o investimento directo triplicou nos primeiros seis meses de 2007 relativamente ao mesmo período do ano anterior, que se traduziu num aumento de 207%, representando já 17,9% do Produto Interno Bruto. O principal sector no qual se tem investido no país é o imobiliário. De facto, entraram 202,7 milhões de euros (cerca de 52% do total do IDE) só para a compra de propriedades imobiliárias durante os primeiros cinco meses de 2007. As razões para estas compras, que se concentram nas regiões costeiras e em Podgorica devem-se a razões especulativas e à qualidade das infra-estruturas e da paisagem. O mercado está-se desenvolvendo muito rapidamente, com um aumento constante dos preços, o que tem vindo a tornar um

investimento com retorno a curto prazo. Para ver a dinâmica deste sector é importante assinalar que 62,3% da compra de propriedades imobiliárias no país derivou de IDE.

Outro acontecimento que prestou um grande contributo ao aumento de IDE no Montenegro deu-se no sector bancário, mais propriamente através da abertura de uma agência de representação da Bank Áustria Creditansalt em Podgorica. Aliás, esta instituição bancária que tem aumentado significativamente a sua presença nos Balcãs, conseguindo assim entrar no mais recente mercado daquela região. Actualmente existem dez instituições bancárias no Montenegro, entre os quais o húngaro OTP Bank, o austríaco Hypo-Alpe e a francesa Societè Generale. Segundo os mesmos dados do Banco Central do Montenegro, três destes investidores têm intenções concretas de abrir bancos comerciais no país.

Pelas informações e resultados aqui apresentados, é notório verificar o enorme fluxo de capital que tem entrado nestes novos países nos últimos quinze anos e que tem contribuído, não só para a criação de emprego, infra - estruturas e aumento do Produto Interno Bruto, mas também para aumentar a presença e influência europeias nestes estados, colocando-os cada vez mais, na rota da União Europeia.

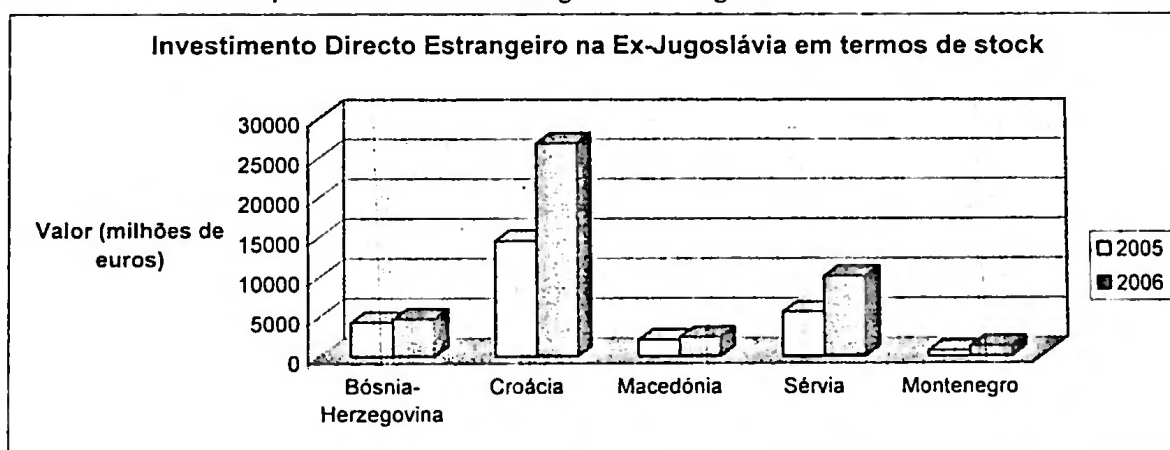
Gráfico n.º 3 – O Investimento Directo Estrangeiro na Ex-Jugoslávia no período 2003-2006



Fonte: UNCTAD – *World Investment Report 2007* – Elaboração do gráfico a cabo do autor

Nos últimos anos, a tendência do investimento directo estrangeiro tem-se mantido num constante aumento do fluxo com destino aos países da Ex-Jugoslávia, tendo registado um acentuado crescimento em 2006, o último ano em análise no gráfico n.º 3. Curioso é ainda o facto da Bósnia ter sido o único país a registar um decréscimo da entrada de investimento, situação que se verifica desde 2004. Os acentuados crescimentos verificados na Croácia e na Sérvia desde 2004 justificam-se pela constante aproximação destes às instituições europeias e à comunidade internacional, no geral. Em 2004 fora anunciada a entrada da Croácia na UE em 2007 (o que não viria a acontecer), enquanto a Sérvia mostrava grandes progressos para terminar com o isolamento político que marcava os anos anteriores. Tendência positiva é ainda registada no Montenegro, principalmente devido à independência alcançada em 2006, sendo já o terceiro país de destino do fluxo de investimento directo estrangeiro no que diz respeito aos estados da Ex-Jugoslávia, com um fluxo de 628 milhões de dólares no último ano em análise. No mesmo ano foram investidos na Sérvia e na Croácia 4,5 e 3,6 mil milhões de dólares respectivamente.

Gráfico n.º 4 – Distribuição do investimento estrangeiro na Ex-Jugoslávia



Fonte: UNCTAD – *World Investment Report 2007* – Elaboração do gráfico a cabo do autor

Em termos de stock, é notória a liderança da Croácia em termos de destino de investimento que quase duplicou o valor no ano de 2006, passando de cerca de 14,5 para 26,8

mil milhões de euros. Dada o seu estatuto de candidato à adesão e tendo ainda que preencher alguns requisitos para concretizar a entrada na UE em 2010, tem-se tornado no grande foco de atenção por parte dos investidores internacionais.

4. A COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA COM OS ESTADOS DA EX-JUGOSLÁVIA

Este capítulo pretende mostrar em detalhe, o carácter de cooperação exercida pela UE na Ex-Jugoslávia assim como da sua importância para a agilização do processo de adesão destes países para a comunidade. Verificar-se-á que o esforço da cooperação europeia na Ex-Jugoslávia obteve bons resultados, permitindo que estes países apresentem uma moderna economia de mercado e uma conjuntura económica favorável à adesão. Houve um grande esforço exercido por cada um dos novos estados que emergiu com o final da guerra nos Balcãs e a inevitável aproximação destes à UE foi fundamental para a recuperação económica daqueles. De facto, com a queda do Muro de Berlim, as expectativas eram em torno do desenvolvimento e modernização das economias do antigo *Bloco de Leste*. No entanto, a divisão da Jugoslávia iria atrasar a evolução económica destes países e trazer um novo foco de preocupação para a ajuda internacional.

Durante o conflito balcânico da década de noventa, a União Europeia foi o principal actor internacional interessado pela pacificação e resolução do conflito, que tinha lugar nas fronteiras externas da União, pondo em causa a segurança dos cidadãos comunitários e da eficiência do novo Tratado de Maastricht. Este tratado, ao institucionalizar a União Europeia, dotava-a de um sistema de Política Externa de Segurança Comum (PESC ou Segundo Pilar da UE), em que um dos principais objectivos seria a manutenção da paz e da segurança não só para todos os Estados-Membros, como para toda a região. Este segundo Pilar do Tratado, pretendia tornar-se uma alternativa à força da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), dotando a UE de autonomia militar. Contudo, o início do conflito logo no ano de assinatura do Tratado, pôs em causa a eficácia da PESC e conseqüentemente da União Europeia como força política. Com o final da guerra, a União Europeia mostrou-se o principal interessado na reconstrução física e

económica da Ex-Jugoslávia, quer a nível global, quer a individual, por parte de cada um dos países interessados.

A ajuda prestada pela União Europeia ganha a forma de Cooperação, que consiste na transferência de recursos, sobretudo financeiros, com o objectivo de ajuda ao desenvolvimento de países a vários níveis em relação aos países mais avançados (Dias, J. 2004). A Cooperação com origem na Europa ganha importância no período pós Segunda Guerra Mundial, no qual a Europa se deparou com a destruição de parte significativa do seu continente e com o aumento de ajuda por parte de alguns países, cujas carências seriam resolvidas através deste modelo de ajuda. Apesar de numa primeira fase do século XX a Europa ter sido o próprio beneficiado de cooperação (através do Plano Marshall), a difusão da ajuda com origem no *Velho Continente* ganha expressão nos anos cinquenta e sessenta com o início da descolonização, como forma não só de colmatar algumas necessidades dos novos países, mas também com o objectivo de manter os laços entre o ex-colonizador e a ex-colónia, de forma a assegurar a continuidade da dependência de este face àquele. A cooperação é, sem dúvida, uma forma mais ou menos eficaz de assegurar o arranque para um crescimento rápido e sustentado de países ou regiões em dificuldades, que não conseguiriam superar de forma isolada os seus problemas internos.

A Cooperação que a União Europeia prestou aos países da Ex-Jugoslávia terá seguido vários objectivos específicos. Em primeiro lugar foi, evidentemente, a prestação de auxílio financeiro a países com graves deficiências económicas, resultantes de um conflito extremamente bélico e destruidor, que causavam fortes disparidades económicas dentro do território europeu. A cooperação teve o objectivo de criar as condições essenciais para o arranque da actividade nestas economias, que despertasse igualmente o interesse dos refugiados em tornar aos seus países de origem. Por outro lado, com a recente queda do Muro de Berlim e declínio do modelo comunista na Europa, era essencial que a ajuda tivesse origem na UE e não num país de herança soviética,

de forma a alargar o modelo de sociedade europeia e economia de mercado, com vista a uma futura (e talvez distante) entrada destes países no mercado único.

Contudo, ainda hoje não se pode admitir que exista uma verdadeira Política Comum de Cooperação Europeia. Em 1957, na assinatura do Tratado de Roma, estavam previstas algumas disposições sobre cooperação com os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), nomeadamente através do Fundo Europeu de Desenvolvimento destinado às antigas colónias francesas, que constituíam o denominado grupo PTOM (*Pays e Territoires d’Outre-Mer*). Com o primeiro alargamento da União Europeia, à Dinamarca, Reino Unido e República da Irlanda, o regime de cooperação é alargado, sob pressão do Reino Unido, às antigas colónias britânicas, dando origem à criação de um novo destinatário de cooperação, designado por Países ACP (Ásia, Caraíbas e Pacífico). Contudo, não foram desenvolvidas estratégias conjuntas de cooperação, tendo-se verificado que a ajuda era prestada em maior volume a nível individual, nomeadamente entre países que partilhavam maior afinidade, além do facto das disposições introduzidas nos sucessivos tratados impedissem a construção de uma verdadeira política.

Só no Tratado de Nice é que viria a ser introduzida uma disposição sobre a Cooperação para o Desenvolvimento, através da inclusão do título XXI, designado por *Cooperação Económica, Financeira e Técnica com os países terceiros*. Para que se possa falar de uma verdadeira cooperação europeia, é necessário uma maior coordenação entre todos os Estados-Membros, que terá de ser conseguida através de um papel mais activo por parte da Comissão.

Os principais beneficiados da Ajuda pública ao Desenvolvimento proveniente da União Europeia são os países menos desenvolvidos da África Subsariana. Contudo, a preocupação crescente com a estabilização social nos Balcãs e aproximação destes países à UE, fez aumentar o interesse por parte dos doadores. A realidade dos países da Europa Central e Oriental, durante tantos anos afastada da realidade comunitária, começa a despertar o interesse dos países mais

desenvolvidos, que além de verbas destinadas ao desenvolvimento destas economias, apresentam também interesse ao nível do investimento.

4.1. A génese da cooperação UE - Ex-Jugoslávia

Ainda durante os graves conflitos da Jugoslávia, a Comissão chamou a atenção para os esforços que deveriam ser feitos pela comunidade internacional no seu conjunto e mais concretamente pela União Europeia, de forma a fazer face às necessidades de reconstrução da Ex-Jugoslávia. Apesar do papel preponderante a ser exercido pela União Europeia, tal esforço de reconstrução deveria ser conjugado com outros doadores, tal como os Estados Unidos, outros países membros da OCDE, os países da Conferência Islâmica e instituições financeiras internacionais. Dada a gravidade da situação vivida na Ex-Jugoslávia, era necessária que fossem tomadas decisões importantes, principalmente na gestão da ajuda comunitária, na execução das respectivas acções e projectos, bem como na coordenação com os restantes interlocutores, incluindo os países beneficiários da ajuda. Neste sentido, o papel da União Europeia tornou-se preponderante na coordenação dos esforços, aproveitando, contudo, a experiência e influência das instituições financeiras internacionais, pelo que ocorreu, por vezes, a transferência de competências e responsabilidades essenciais de coordenação para o Banco Mundial.

Segundo a Comissão Europeia, a ajuda de reconstrução naquele território deveria abranger uma multiplicidade de acções de forma a assegurar a reabilitação urgente dos serviços mínimos essenciais (transportes, água, gás e electricidade), a reconstrução material dos danos causados pela guerra, bem como o apoio à reforma política e económica (esforço de democratização, eleições, economia de mercado, privatizações).

4.2. Gestão e coordenação da ajuda da União Europeia

Tendo em consideração o importante volume de ajuda prestada pela União Europeia para a reconstrução da Ex-Jugoslávia logo após o final do conflito dos anos noventa, foi necessário que tivessem sido tomadas medidas para a gestão dos recursos comunitários destinados a tal fim. Por um lado, ao nível da emissão da ajuda, foi necessária uma reestruturação dos serviços competentes, que se encontravam inadaptados. Foi criada uma *Task Force* que visava assegurar a transparência e a coordenação entre os vários serviços competentes da Comissão e foram tomadas medidas para controlar o cumprimento das acções, por parte da Comissão. Relativamente aos países beneficiários da ajuda, era igualmente necessário assegurar uma gestão correcta dos fundos e, não dispondo a Comissão Europeia de delegações nestes países, foi necessário o envio de uma equipa da Comissão para a Bósnia e para a Croácia, de forma a poder executar e acompanhar os projectos de reconstrução.

No que diz respeito à coordenação da ajuda, a Comissão considerou que esta deveria obedecer a alguns requisitos, tais como a eficácia na utilização dos fundos disponíveis e sectores não cobertos pela ajuda internacional, o recurso aos conhecimentos e experiências dos vários doadores, a mobilização do maior número possível de doadores, a transparência das informações sobre as necessidades identificadas e acções empreendidas e a criação de estruturas nos países beneficiários para a absorção da ajuda internacional.

Para auxiliar o início da coordenação foi realizada uma conferência sobre a reconstrução na Bósnia-Herzegovina, na qual participaram todos os doadores e que teve como objectivo principal sensibilizar para o facto de que a reconstrução neste país só teria êxito com um esforço conjugado da comunidade internacional e que toda a iniciativa individual estaria condenada ao fracasso. Por outro lado, seria necessário a criação de um órgão de coordenação restrito, ao qual competiria definir as recomendações sobre as linhas de actuação, a estratégia

geral e as prioridades, devendo ser informado da evolução das várias acções de reconstrução, bem como das várias necessidades identificadas para cada um dos casos.

4.3. Fontes de Financiamento

A Comissão estabeleceu que o orçamento comunitário contribuisse com uma verba indicativa de mil milhões de euros para a reconstrução da Ex-Jugoslávia durante o período 1996-1999, tendo sido contempladas várias fontes de financiamento. Destas fontes destacam-se o Programa PHARE, através do Capítulo B7-50, que contemplava uma quantia de 400 milhões de euros para a reconstrução dos territórios devastados pela guerra e 200 milhões de euros destinados a programas nacionais de reforma e programas de transição. O PHARE foi, sem dúvida, o programa comunitário que mais contribuiu para o esforço de cooperação da União Europeia na Ex-Jugoslávia. De facto, a Jugoslávia é elegível para o Programa PHARE desde 7 de Setembro de 1990 (Regulamento n.º 2698/90 do Conselho). A programação plurianual do PHARE proporciona uma flexibilidade suficiente para dar resposta às necessidades imediatas, quer àquelas de longo prazo das diferentes repúblicas, adaptando-se à sua capacidade de absorção. A Comissão apoiou o financiamento das reformas com base no regulamento PHARE em vigor, cuja assistência seria coberta pelos programas nacionais acordados com todas as Repúblicas da Ex-Jugoslávia elegíveis para o PHARE, nomeadamente a Bósnia-Herzegovina, a Sérvia, a Croácia e a Macedónia (incluída posteriormente), sujeitos a uma condicionalidade política, tendo em conta o acordo de paz na região.

Durante o Conselho Europeu de Cannes foi decidido ampliar a verba do Programa PHARE destinada à reconstrução da Ex-Jugoslávia, através da introdução do capítulo B7-54 denominado “Cooperação com as Repúblicas da Ex-Jugoslávia” num montante total de 400 milhões de euros. Para tal foi utilizada uma grande parte da margem de flexibilidade suplementar

da rubrica IV das Perspectivas Financeiras obtida em Cannes. Este montante permitira respeitar plenamente as conclusões deste Conselho Europeu relativas às verbas PHARE.

Outra importante fonte de financiamento veio do Banco Europeu de Investimento através de vários empréstimos e assistência macro-financeira. No que diz respeito à mobilização destes empréstimos, o protocolo de financiamento da Jugoslávia de 1991 previa uma verba global de 730 milhões de euros, com garantia de orçamento, que, contudo, não chegou a entrar em vigor. Com efeito, apenas foi concedido um montante de 150 milhões de euros à Eslovénia por um período de cinco anos, tendo sido prevista para a Croácia uma verba de 230 milhões de euros ao longo de três anos no âmbito das negociações de um acordo do comércio e cooperação posteriormente suspensas. Estes empréstimos teriam de ser compatíveis com os limites estabelecidos pelo mecanismo de fundo de garantia para as acções externas.

4.4. A recuperação económica resultante da cooperação

Com o final da guerra, a prioridade dos novos estados foi a reconstrução das suas infra-estruturas mais básicas de forma a criar condições para a população residente a atrair o retorno do elevado número de refugiados que abandonou aquele território durante o conflito. Enquanto para alguns países a questão da reconstrução teve menor importância, para outros, devastados pelo conflito, assumiu a preocupação primordial dos respectivos governos e das prioridades da comunidade internacional.

O caso que maior interesse despertou por parte da UE foi a Bósnia Herzegovina, o país que mais sofreu com a Guerra dos Balcãs. Vítima de uma guerra que durou cerca de quatro anos e que destruiu quase por completo a sua capital Sarajevo, resultando também na fuga das populações rurais, a Bósnia contou desde o início do conflito com o apoio da comunidade internacional que se demonstrou interessada pelo país, tendo em atenção os problemas sociais que daqui advieram. Com o final do cerco a Sarajevo, muitos foram os chefes de estado e de

governo e as organizações internacionais que a esta cidade se deslocaram para mostrar a sua preocupação com a situação vivida, demonstrando às autoridades deste país, o apoio financeiro que seria disponibilizado e ajuda militar para tentar estabilizar a agitação social que ainda prevalecesse.

O novo estado da Bósnia-Herzegovina resultou da assinatura dos Acordos de Dayton, ficando constituído por duas entidades: a Federação da Bósnia-Herzegovina, representada por muçulmanos e croatas e a República Srpska, habitada na sua maioria por sérvios. A constituição de um novo estado resulta de um esforço muito difícil, devido ao impacto devastante provocados pelos quase quatro anos de guerra. A divisão étnica provoca a falta de afirmação do estado central e uma ampla devolução do poder a nível local, o que por sua vez vai provocar uma divisão do já pequeno mercado local. A Bósnia carrega consigo a pesada herança do conflito com a criação de três administrações antagónicas, constituídas com base em princípios étnicos, o que constitui um entrave ao investidor europeu que se deseje instalar na Bósnia.

A Croácia foi outro país a registar um elevado número de mortos pelo conflito e a destruição do seu património e infra-estruturas, no entanto, com dimensões e consequências inferiores à Bósnia. Por estes motivos, a esforço de reconstrução económica croata levado a cabo pela União Europeia apresentou menos entraves do que a reconstrução daquele país. Os dados relativos aos últimos dois anos mostram uma economia croata em crescimento. Após um período inicial de estagnação económica no início de 2005, com uma taxa de crescimento do PIB de apenas 1,8%, no restante período do ano a performance foi claramente positiva. O andamento positivo continuou em 2006, tendo crescido 6% no primeiro trimestre relativamente ao período homólogo de 2005, 3,6% no segundo trimestre e 4,7% no terceiro. O aumento do PIB deve-se principalmente ao crescimento acentuado das exportações croatas, sobretudo do sector dos serviços, nomeadamente turísticos. As regiões da Ístria e da Dalmácia sempre representaram dois principais destinos de férias até ao início da década de noventa. Após um período conturbado

durante a guerra, os turistas têm regressado a estas colónias balneares, nas quais têm sido feitos consideráveis esforços de modernização e investimento.

Já a Sérvia, apesar de não ter sofrido tantas perdas humanas nem destruição económica, foi considerada pela comunidade internacional como a grande culpada pelo conflito que então se abatera naquele território, tendo sido sujeita a sanções económicas. Numa primeira fase de ajuda ao desenvolvimento nos Balcãs Ocidentais, a União Europeia e ela negou quaisquer apoios financeiros para a reconstrução e desenvolvimento económico enquanto este país não entregasse ao Tribunal de Haia alguns criminosos de guerra referenciados, bem como enquanto o Presidente Milosevic estivesse no poder em Belgrado.

Após a análise aos dados macroeconómicos da Sérvia nos anos de 2005 e 2006, verifica-se que país está atravessando um período de crescimento bastante positivo da sua economia. Os números revelam um crescimento do PIB em 6,5% no ano de 2005 e de 5,5% em 2006, avanço bastante positivo para um país que pretende aderir à União Europeia a breve prazo. Os sectores que mais crescimento registaram são os transportes (26,8%), os serviços financeiros (19,3%) e o comércio (7,5%). Os restantes sectores da economia sérvia registaram também ligeiros aumentos, à excepção do sector florestal e o turismo, onde se verificaram quebras de investimento. A produção agrícola registou um ligeiro crescimento de 0,9% em relação ao ano de 2005, após ter sofrido neste ano uma queda de 5,4% em relação a 2004. O FMI sublinhou os desenvolvimentos positivos e os esforços da economia sérvia, enquanto o *Board of Director* aprovou a sexta revisão do acordo trienal aprovado em 2002, que previa um último *plafond* de ajuda financeira disponibilizada, abrindo o caminho para o perdão de uma quota adicional de 15% da dívida pelo Clube de Paris, em cerca de oitocentos milhões de euros. Em Junho de 2006, o FMI reviu em alta o crescimento do país em torno dos 4,8% a 5,5% para 2006 e de 5% para 2007, demonstrando a enorme confiança na economia do país a nível internacional, reconhecendo os progressos e as reformas realizados nos últimos anos.

Apesar destes sinais positivos, persistem na Sérvia alguns elementos de incerteza no quadro económico geral. Um grande problema com que se voltou a deparar, foi o elevado aumento da inflação que voltou a registar valores com dois dígitos (13,7% em Dezembro de 2004, quando o valor esperado era de 8% a 9%), continuando a aumentar em 2005, ano em que o nível geral de preços aumentou 16,5% e perto dos 10% em 2007. O salário médio bruto em 2006 foi de 346 euros, equivalente a cerca de 235 euros líquidos, mas a tendência é de um constante aumento anual. Em 2006, o aumento tinha sido de 2% relativamente ao ano anterior. No entanto, a política económica do governo continua a registar sucessos significativos, reconhecidos pelo FMI. Já em 2004, o governo tinha utilizado uma manobra fiscal correctiva, através da qual foi possível conter o défice das contas, apresentando um valor de 1,7% do PIB, inferior a 2,5% solicitado pelo FMI. Além disso, devido sobretudo à introdução da taxa IVA, o balanço público continuou activo em 2005, registando no final de 2005, um *superávit* de 2,1%. Contudo, o grande entrave para o arranque da economia da Sérvia é a necessidade de completar o processo de reformas estruturais, essencial para incrementar a produtividade da indústria e dar maior impulso às exportações. No concreto, é urgente a privatização dos grandes grupos de capital público. O crescimento da economia da Sérvia tem como grande obstáculo a presença do estado na economia e a carência de reformas adequadas às necessidades do país.

No que concerne à independência da Macedónia, que ocorreu quando a guerra era evidente na Bósnia-Herzegovina e na Croácia, viveram-se problemas financeiros graves, com uma economia incapaz de se governar autonomamente. No entanto, no seguimento de vários projectos de ajuda destinados a este país, por parte do Banco Mundial e União Europeia, com vista ao aceleramento do processo de democratização no país e à realização de reformas significativas para dar competitividade à economia e aos seus produtos nos mercados externos, obtiveram-se resultados satisfatórios. As prioridades da reconstrução económica da Macedónia prendem-se com a resolução de certos problemas persistentes naquele país, tais como a

corrupção, a redução da economia submersa, o desemprego, a melhoria do clima empresarial, o aumento dos investimentos ao nível das infra-estruturas, a reforma do sistema fiscal e o aumento da eficiência da administração pública. Como resultado destas reformas e da ajuda da UE, o governo da Macedónia espera que nos próximos anos o PIB venha a aumentar e a situar-se, em 2010, entre os 6% e os 8%. Nos primeiros três meses de 2006, o PIB registou um aumento de 2,6%, tendo chegado ao final do ano com um valor entre os 3,5% e os 4,25%. Para o ano de 2007 prevê-se um aumento semelhante, graças ao aumento de confiança dos consumidores e à melhoria do clima empresarial, estando prevista a atracção de maior capital estrangeiro, influenciada pela redução do nível de risco do país.

No que diz respeito ao Montenegro, a reconstrução económica tem enfrentado menos problemas, vivendo-se um clima de estabilidade que, por seu lado, vem automaticamente facilitar o desenvolvimento económico deste jovem país. Tendo ficado praticamente à margem da guerra dos anos noventa, período durante o qual estava bem integrada na Jugoslávia, sofreu poucos danos materiais e humanos com o desmembramento da Jugoslávia. O clima financeiro montenegrino é bastante positivo, registando-se um aumento do crédito aprovado em 33,5% durante 2005 e dos depósitos em 78,6%. Contudo, a taxa de juro regista valores muito superiores aos desejados, devido a vários factores como a elevada taxa de risco, um sistema jurídico pouco eficaz e uma procura de crédito elevada e pouco elástica. De facto, apesar do aparente optimismo, a economia montenegrina não é competitiva e é a maior causa do elevado défice das contas correntes. Segundo os dados do Banco Central do Montenegro, o défice de 2005 foi de 140,7 milhões de dólares, que corresponde a 8,6% do PIB. Apesar do crescente investimento directo estrangeiro no país, o estado continua a ser ainda o maior empregador e a taxa de desemprego permanece elevada. Além disso e apesar das expectativas criadas em torno da independência (que se viria a concretizar em 2006), a produção industrial de 2005 sofreu um decréscimo de 1,9% em relação ao ano precedente, que se revelou mais acentuado nas empresas em vias de privatização e

de reestruturação, com tecnologias obsoletas. Desde 2005 que o sector mais dinâmico é o turismo, com aumentos constantes do número de visitantes.

4.5. Evolução da Cooperação nos últimos anos

A forte cooperação entre as autoridades eslovenas e a União Europeia e os resultados positivos da sua evolução económica permitiu a entrada da Eslovénia na União logo em 2004, tendo inclusivamente entrado na Zona Euro a 1 de Janeiro de 2007. Os restantes países da Ex-Jugoslávia seguiram atentamente este processo e estão a proceder, numa cooperação estreita com as instituições comunitárias, às reformas necessárias para uma futura adesão. A adesão da Croácia que chegou a estar prevista para o ano de 2007, foi adiada pelo não cumprimento de algumas condições estabelecidas, destacando-se a não entrega dos criminosos de guerra, pedida pelo Tribunal Penal Internacional.

A Croácia será o próximo país a entrar na UE após a Roménia e Bulgária, prevendo-se que ocorra em 2010, seguindo-se a Macedónia em 2013. Já a Bósnia-Herzegovina, a Sérvia e o Montenegro, deverão entrar na UE em 2015, juntamente com a Albânia, caso continuem a ser respeitadas as exigências impostas pela Comissão Europeia e se venha a verificar o cumprimento, à data de adesão, dos Critérios de Copenhaga.

Como já foi referido anteriormente, apesar de uma maior coordenação da Comissão Europeia, a grande fatia da ajuda ao desenvolvimento tem sido prestada pelos Estados-Membros a nível individual. Nitidamente, os dois países que mais interesse têm manifestado pela zona balcânica são a Alemanha e a Itália, que a nível de investimento têm liderado os projectos oriundos do espaço comunitário.

A Alemanha tem disponibilizado elevados montantes de ajuda financeira aos países afectados pelas guerras balcânicas. Desde a queda do Muro de Berlim em 1989, a Alemanha tem objectivos concretos de formar alianças com os países do antigo Bloco Soviético e da

denominada Europa de Leste, tendo prevenções de ser reconhecida como o eixo de ligação entre as *Duas Europas*. A Itália tem manifestado maior interesse pela zona que lhe é mais limítrofe, isto é, Croácia e Bósnia - Herzegovina, isto já depois de terem tido um papel bastante activo no arranque da economia eslovena. Justamente para apoiar os projectos italianos para o desenvolvimento na região balcânica (incluindo não só a Ex-Jugoslávia, como também a Albânia, Roménia e Bulgária), foi criado pelo Ministério para o Comércio Internacional e Políticas Europeias italiano do executivo de Romano Prodi, o Projecto *BalcaniOnline*, através do qual são divulgadas na Internet (<http://www.balcanionline.it>), as oportunidades de investimento nestes países. Para tal, foi criado o Decreto-Lei n.º 84 de 21 de Março de 2001 que define as formas de participação italiana no processo de estabilização, reconstrução e desenvolvimento dos países da área balcânica, prosseguindo assim o objectivo de coordenar as intervenções italianas de acordo com as iniciativas estabelecidas a nível comunitário. Através deste Decreto-Lei, a Itália assume o objectivo de ser o principal interveniente na ajuda e no investimento, aproveitando as raízes histórico-culturais que a ligam a estes países.

As intervenções do projecto BalcaniOnline estão divididas em quatro secções:

1. Cooperação para o Desenvolvimento, na qual o actor preponderante é o Ministério dos Negócios Estrangeiros, realizando os objectivos através das respectivas embaixadas e compreende acções de formação, assistência a créditos, crédito de auxílio e segurança;
2. Promoção e Assistência às Empresas, de competência do Ministério do Comércio Internacional e Políticas Europeias, envolvendo acções de informação e comunicação, assistência técnica, formação e participação societária;
3. Cooperação Descentralizada, que é confiada às regiões e entidades locais para, no essencial, prestar formação e assistência técnica ao investimento;
4. Intervenções de Interesse Nacional Particular.

Como fonte de apoio para os projectos italianos na região balcânica, foi criado o Fundo para a Participação Italiana na Estabilização, Reconstrução e Desenvolvimento dos Balcãs, que logo no período de lançamento (biénio 2001-02) previa um valor de 103 milhões de euros para indivíduos ou empresas que propusessem projectos de cooperação e de promoção das empresas.

Esta lei apresenta como traços estratégicos, o reforço das instituições e a segurança na região, o suporte das actividades das empresas e dos investimentos, o apoio à realização de reformas jurídicas nestes países, favoráveis a um clima de economia de mercado e possibilitar a realização de acções de cooperação descentralizada. Prosseguindo estes objectivos, foram estabelecidos vários fundos de apoio, dos quais se destacam os seguintes:

Fundo Jugoslávia: fundo rotativo destinado ao financiamento das intervenções da SIMEST para favorecer a constituição de empresas mistas na Sérvia, Montenegro, Albânia, Bósnia-Herzegovina Macedónia, Bulgária e Roménia, através da aquisição por arte da SIMEST de quotas de capital em risco em empresas mistas por constituir ou já em actividades nestes países. O fundo é de 40,3 milhões de euros, dos quais 10,3 são destinados às pequenas e médias empresas dos países, mesmo que em associação com empresas italianas.

Fundo Destinado à actividade de micro-crédito nos países da área balcânica: este fundo, com verbas num total de 5,4 milhões de euros tem como objectivo o financiamento de actividades de micro-crédito de suporte a iniciativas empresariais e a associações ou cooperativas locais com finalidade social.

4.6. O reforço da cooperação dentro da Ex-Jugoslávia – o Dayton Triangle

A nível económico, apesar da Jugoslávia ser um estado federal com alguma autonomia económica para cada região, não existia autonomia monetária nem financeira, nem qualquer tipo de restrição para a transacção de bens e serviços. Contudo, a fragmentação da Jugoslávia e a criação de países de pequenas dimensões e sem qualquer experiência de autonomia veio colocar

novos desafios para o relançamento da economia dos mesmos. Além disso, com a possível implementação de barreiras alfandegárias, o comércio iria sofrer bastante, pois além da danificação das infra-estruturas que afectava o comércio internacional com os tradicionais parceiros europeus e com a Rússia, o comércio interno da Jugoslávia viria a ganhar uma componente internacional, que restringia as transacções e quebrava laços antigos.

Para que o comércio não fosse afectado, era importante assinar acordos de comércio livre entre os novos estados. O maior exemplo da época, realizado logo após o final do conflito, foi o *Dayton Triangle* que, aproveitando o acordo de paz com o mesmo nome assinado entre Croácia, Bósnia e Sérvia-Montenegro, criou uma zona de comércio livre entre estes países, que fora outrora o eixo central da economia jugoslava. De facto, no caso do *Dayton Triangle*, a especialização já existia, herdada da economia centralizada. Neste caso, o *Dayton Triangle* serviu para evitar a desfragmentação da indústria destes novos países, dotando-as de maior capacidade de exportação. Como se pode verificar, a criação do *Dayton Triangle* veio trazer efeitos altamente positivos, pelo facto de Croácia, Bósnia e Sérvia serem reciprocamente entre si alguns dos principais parceiros comerciais.

O *Dayton Triangle* não é mais do que uma forma de cooperação reforçada entre três países da Ex-Jugoslávia, em que, apesar das divergências e do conflito armado, o poder político dos três “estados-chave” da Ex-Jugoslávia convergiu no sentido de criar um espaço que sustentasse aquela economia regional, agilizando a transposição das fronteiras para os fluxos comerciais.

4.7. Instrumento de Assistência de Pré-Adesão 2007-2013

A repartição dos fundos do novo Quadro Comunitário de Apoio referente ao período 2007-2013 tem gerado alguma polémica, tendo nomeadamente como protagonistas os países da UE que tradicionalmente eram os maiores beneficiários deste tipo de apoio, que tem registado

constantemente, ao longo das várias revisões efectuadas, uma perda gradual de percentagem de ajuda que lhes é destinada, como é o caso de Portugal. Para o período 2007-2013, para o qual se prevê que ingressem na UE três novos países (Croácia, Turquia e A.R.J. Macedónia), dois dos quais da Ex-Jugoslávia, muitos são os fundos previstos para o desenvolvimento desta região, que se torna o foco da atenção por parte da estratégia da UE.

De seguida, irá ser feita uma breve análise do destino a dar às verbas comunitárias disponibilizadas para estes países durante o primeiro triénio, tendo em conta das necessidades mais urgentes para o arranque destas economias, de forma a preparar um eminente ingresso no espaço comunitário. O documento faz a distinção entre países candidatos e os candidatos potenciais, uma vez que, dadas as condições económicas, a estabilidade política e a cooperação com o Tribunal Internacional de Haia, Bósnia – Herzegovina e Sérvia ainda não podem gozar do estatuto de candidato, apesar de ser previsível o ingresso no espaço já em 2015. Na mesma situação encontra-se o Montenegro, que tendo alcançado a independência apenas em Junho de 2006, ainda não cumpriu todo o processo de cooperação e associação com a UE que lhe permita obter já o estatuto de país candidato. Da mesma forma o Kosovo, cuja recente e polémica independência ainda não permitiu a criação de condições de estabilidade, ainda não goza do estatuto de candidato.

4.7.1. As componentes do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão

O Instrumento de Assistência de Pré-Adesão relativo ao período 2007-2013 é constituído por cinco componentes destacadas, onde a UE pretende investir as suas verbas para a reconstrução e reorganização da Ex-Jugoslávia, com vista à adesão destes países à Comunidade. Existe uma clara distinção entre os países candidatos e os potenciais candidatos, uma vez que estes últimos só irão beneficiar de duas componentes, gerais a todos os países objecto do instrumento, a saber, a *transição e desenvolvimento institucional* e a *cooperação transfronteiriça*.

Por enquanto a ajuda destinada ao *desenvolvimento regional*, ao *desenvolvimento de recursos humanos* e ao *desenvolvimento rural* apenas abrangem a Croácia e a Macedónia. De seguida, irão ser apresentados os objectivos a cumprir pela União Europeia através de cada uma das componentes do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão:

- 1) Transição e Desenvolvimento Institucional – Neste âmbito, as verbas destinam-se à execução dos objectivos de reforma do sistema administrativo e judicial, tendo como prioridades máximas a livre-circulação de bens, pessoas e serviços, a reforma do direito societário, a reforma das forças policiais e a transparência da administração pública. Por outro lado, visava-se também o apoio às políticas fiscais e à protecção dos consumidores, ao desenvolvimento económico, social e ambiental, de forma a permitir o funcionamento de uma economia de mercado.
- 2) Cooperação Transfronteiriça – O bom relacionamento com os países da região tem como objectivo solucionar a problemática relativa à fixação das fronteiras nos Balcãs, parte integrante da política de estabilidade sócio-económica incentivada pela UE nos Balcãs, estando previstos programas de cooperação entre os países beneficiários da ajuda, assim como entre estes e Eslovénia, Hungria, Itália, Grécia e Albânia. Outro dos grandes objectivos desta ajuda é intensificar o diálogo político, criando harmonia e quebrando o isolamento de cada um dos países, não só com os países vizinhos, mas também com a União Europeia.
- 3) Desenvolvimento Regional – Este campo consiste na implementação de estruturas que permitam gerir os instrumentos de pré-adesão e os fundos estruturais, segundo uma divisão de estratégia pré-definida, o reconhecimento das qualificações profissionais dos habitantes no estrangeiro, bem como a agilização das fronteiras com vista à formação de várias economias regionais.
- 4) Desenvolvimento dos Recursos Humanos - As verbas disponibilizadas para esta

componente terão como objectivo garantir uma melhor segurança do emprego, através da reforma da política do trabalho, que consistirá na garantia de subsídios de desemprego, melhores salários e maior estabilidade de emprego, através de uma reformulação dos contratos de trabalho. Além disso, as verbas serão também destinadas à execução de processos de formação profissional, de forma a tornar a economia mais competitiva.

- 5) Desenvolvimento Rural: este campo de actuação engloba três importantes áreas de intervenção: o desenvolvimento das zonas rurais, a agricultura e o meio ambiente.

4.7.2. A repartição dos fundos do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão

Quadro n.º 10 – Instrumento de Assistência de Pré-Adesão 2007-2009 na Ex-Jugoslávia (Valores: milhões de Euros)

Componente / País	Croácia	Macedónia	Bósnia - Herzegovina	Sérvia	Montenegro	Kosovo	Total
Transição e desenvolvimento institucional	138,6	119,6	211,9	540,5	84,2	186,0	1.280,8
Cooperação transfronteiriça	40,3	15,1	14,1	31,9	13,1	8,1	122,6
Desenvolvimento regional	141,9	40,5	-	-	-	-	182,4
Desenvolvimento de Recursos Humanos	38	16,3	-	-	-	-	54,3
Desenvolvimento Rural	76,9	19	-	-	-	-	95,9
Total	435,7	210,5	226,0	572,4	97,3	194,1	1.736

Fonte: IPA 2007-2013: *Il Nuovo Strumento di Pre-Adesione* – Elaboração a cargo do autor

Tal como se pode verificar pelo quadro acima apresentado, a Sérvia é o país da Ex-Jugoslávia que mais verbas irá receber pelo plano trienal de ajuda constante no Instrumento de Assistência de Pré-Adesão, devido ao forte compromisso da União Europeia em obter uma reforma do sistema político e judicial naquele país, bem como uma maior cooperação com o Tribunal Penal Internacional para a entrega de alguns criminosos de guerra, ainda por localizar. Como referido anteriormente, numa primeira fase de cooperação da UE na Ex-Jugoslávia, a Sérvia fora privada de ajuda económica e evolução no que concerne à sua aproximação à UE proporciona-lhe usufruir nesta fase de uma maior compensação pelo que tinha sido privada.

A Croácia é o segundo país mais beneficiado, de forma a conseguir cumprir os objectivos para ingressar na UE em 2010. Não apresentando particulares problemas na satisfação dos requisitos políticos de adesão, a Croácia fez progressos na maior parte dos sectores, à excepção do sistema judicial, onde se deve ainda empenhar de forma a garantir a imparcialidade em muitos assuntos. No específico, o IPA pretende o desenvolvimento da política interna do país, bem como a preparação para a actuação da Política Agrícola Comum e da Política de Coesão numa futura adesão à UE. A Croácia deverá aplicar-se para incorporar no seu sistema jurídico a legislação e o *acquis communautaire*, aplicando-os correctamente nos seguintes sectores: livre-circulação de mercadorias, serviços e mão-de-obra, serviços financeiros, política da concorrência, agricultura e desenvolvimento rural, segurança alimentar, fiscalidade, política social e desemprego, política regional, sistema jurídico, justiça, liberdade e segurança.

A Macedónia, em virtude do seu estatuto de país candidato irá receber cerca de 210 milhões de euros durante o triénio 2007-2009. Os principais desafios com que se depara para alcançar a integração em 2013 são a implementação dos acordos de estabilização e associação, o reforço do estado de direito, através da reforma do processo eleitoral, a melhoria na luta contra a corrupção e o cumprimento das reformas económicas necessárias, em especial para a atracção de investimento directo estrangeiro.

A grande novidade deste Instrumento de Assistência de Pré-Adesão consiste na inclusão do Kosovo no programa, ainda antes de ter sido declarada a sua independência, tendo-lhe sido atribuída uma quantia de quase 200 milhões de euros para a cooperação transfronteiriça e para a transição e desenvolvimento institucional. Apesar do mau funcionamento das instituições do Kosovo em termos democráticos e de eficiência, aliado à tensão ainda existente entre as comunidades albanesa e sérvia, têm-se feito sentir algumas melhorias estruturais, principalmente através da adopção de um quadro normativo para a independência dos *mediu*, aliado à criação de novas instituições universitárias com vista à

promoção do jornalismo de qualidade, o que significa um grande passo ao nível da liberdade de expressão. A nível económico, verifica-se um período de alguma estabilidade, principalmente desde que o Euro se tornou a moeda dominante em circulação, ao mesmo tempo que têm sido adoptadas políticas de liberalização das trocas e do mercado de trabalho.

Não obstante o estatuto ainda indefinido do Kosovo, o mesmo foi incluído nos documentos de programação plurianual de actuação da UE, que apresentam como principais desafios a criação de condições para a alteração do estatuto político, o desenvolvimento sócio-económico e a assimilação da vocação europeia no Kosovo. Outras melhorias foram verificadas ao nível do alinhamento com os critérios europeus em vários sectores. Destacam-se a nova legislação para o mercado interno, e a reforma na lei sobre os concursos públicos. Foram feitos igualmente progressos no campo da fiscalidade nas alfândegas, (aplicação de uma tarifa integrada para o Kosovo e nas políticas sectoriais), com a aplicação da Carta Europeia para as Pequenas e Médias Empresas.

4.8. O Programa de Cooperação Transfronteiriça do Adriático

Este programa de cooperação tem bastantes semelhanças com o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão anteriormente apresentado. Contudo é mais específico, pois tem como objecto a zona abrangida pelo Mar Adriático e visa a criação de uma cooperação mais reforçada, apresentando apenas uma componente das cinco relativas ao instrumento anterior, a componente Cooperação Transfronteiriça. A responsabilidade pela gestão e coordenação dos recursos deste programa fica a cargo da região italiana de Abruzzo, região banhada pelo Adriático e com uma herança histórica e cultural partilhada com os Balcãs.

Este instrumento de cooperação tem como objectivos principais a criação de condições para a pré-adesão dos países banhados pelo Adriático à União Europeia e o fomento de políticas

de coesão. Visa, portanto, o estabelecimento de relações na zona do Adriático, promovendo uma economia sustentável e o desenvolvimento social nas zonas fronteiriças, a união de esforços para enfrentar os desafios da preservação ambiental, natural e da herança cultural, bem como aumentar a eficiência e segurança nas fronteiras. Foram adoptados alguns princípios, que, não sendo mais do que as linhas orientadoras deste instrumento, são, no concreto, os benefícios comuns resultantes da cooperação, as parcerias (de forma a garantir a efectividade do programa), o desenvolvimento sustentável, a igualdade e a não-discriminação e o fomento da competitividade. Outro grande objectivo deste programa é, sem dúvida, a coesão do espaço do Adriático, tornando-o numa zona com menos desigualdades, quer a nível sócio-económico, quer a nível cultural. A integração não é apenas transfronteiriça, como também a inter-sectorial com vista à sustentabilidade, à concentração de recursos e à continuidade.

Tendo sido criado especificamente para a zona do Adriático, visando a cooperação e a exploração do mesmo espaço, é baseado nas seguintes prioridades de intervenção:

- 1) Cooperação económica, social e institucional de forma a aumentar a competitividade e o desenvolvimento económico, através da realização de projectos de investigação e inovação, apoio financeiro para a modernização das pequenas e médias empresas e a cooperação institucional;
- 2) Protecção dos recursos naturais e culturais e a prevenção de riscos, através da protecção da costa marítima e dos recursos hídricos, prevenção de riscos naturais e tecnológicos, utilização de fontes de energia renováveis e prática de turismo sustentável;
- 3) Fortalecer e integrar as redes de infra-estruturas existentes, através da modernização e aumento das acessibilidades portuárias e aeroportuárias, da criação de sistemas de mobilidade eficientes e de sustentáveis de redes de comunicação;
- 4) Assistência técnica fornecida para a implementação e administração do programa.

4.9. Outros progressos ao nível da cooperação

Os maiores progressos a nível político até agora registados foram sentidos ao nível da cooperação com o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Jugoslávia, bem como ao nível da cooperação regional com os países limítrofes. Têm sido feitos grandes progressos ao nível da reforma económica e legislativa, de forma a cumprir os requisitos para a obtenção de ajuda externa e os Critérios de Copenhaga, essenciais para o ingresso da UE.

Uma das maiores vantagens na adesão à União Europeia prende-se com o facto de, a nível interno, haver consenso sobre as reformas exigidas pelos Estados-Membros, estando os países muito empenhados em cumpri-las. Foram levadas a cabo muitas acções de melhoria dos sistemas sócio-sanitário e pensionário. A Croácia, o primeiro deste grupo de países a ingressar na UE, deverá aplicar-se para incorporar no seu sistema jurídico a legislação e o *acquis communautaire*, aplicando-os correctamente nos seguintes sectores: livre-circulação de mercadorias, serviços e mão-de-obra, serviços financeiros, política da concorrência, agricultura e desenvolvimento rural, segurança alimentar, fiscalidade, política social e desemprego, política regional, sistema jurídico, justiça, liberdade e segurança.

Com o apoio prestado pela União Europeia, principalmente ao nível da transição e desenvolvimento institucional, a Bósnia tem vivido um período de forte recuperação económica e contemporaneamente tem vindo a incorporar os princípios de uma economia de mercado. Um longo percurso terá que ser ainda feito de forma a aumentar a competitividade do país, permitindo ser uma economia promissora após a sua adesão à União Europeia. A cooperação da UE na Bósnia tem seguido três sectores principais, que acompanham as três fases de participação da UE neste país: emergência, reconstrução e consolidação das instituições e desenvolvimento.

Além disso, terá que ser desenvolvida uma cooperação com outros países fronteiriços, para garantir a participação da Bósnia nas redes transuropeias de transporte e energia. Neste âmbito, a Bósnia-Herzegovina está dependente do desenvolvimento destas redes na Croácia e

Sérvia, as quais permitirão depois a inclusão daquele país, para facilitar a ligação à Europa Ocidental, Central e Setentrional.

Já o Kosovo, cuja data de independência é bastante recente, tem vindo a desenvolver acordos de cooperação com entidades públicas e privadas da UE nos últimos anos. Sem dúvida, o acesso ao mercado da União Europeia sempre foi um objectivo a médio prazo para o Kosovo, processo esse que atingiu o auge em Junho de 2006, aquando de um fórum realizado entre a Câmara de Comércio do Kosovo e as Câmaras de Comércio de Friuli Venezia Giulia, região italiana que faz fronteira com os Balcãs e que sempre demonstrou uma enorme preocupação com a situação política e económica destes países, aos quais está ligada por laços históricos. Este acordo surge no seguimento do sucesso obtido pelo “Projecto de Apoio às Novas Pequenas e Médias Empresas Dinâmicas no Kosovo”, que permitiu o encontro entre empresas italianas e kosovares. Este projecto que foi desenvolvido no mês de Abril de 2006 foi organizado com o apoio da Agência Europeia para a Reconstrução, num ciclo de seminários designado de *Oportunidades Kosovo*, destinado a ilustrar pela primeira vez na União Europeia, as novas oportunidades de mercado do Kosovo. Neste âmbito foi realizada a conferência *Kosovo: Novas Oportunidades no Sudeste Europeu*, que contou com a presença do Ministro da Indústria do Governo Provisório do Kosovo.

O acordo, no qual participaram as câmaras de comércio italianas de Trieste, Gorizia, Udine e Pordenone prevê a troca de informações e algumas participações em eventos de interesse, bem como projectos de formação para a mão-de-obra kosovar. Este projecto foi visto como um primeiro passo para aproximação do Kosovo ao mercado comunitário, prevendo-se a expansão dos contactos a outras entidades europeias.

4.10. Consequências políticas da cooperação UE - Ex-Jugoslávia: uma nova Mitteleuropa?

Com a integração na União Europeia dos novos países da Ex-Jugoslávia, não só as disparidades económicas a nível regional irão aumentar, como também as diferenças sócio-culturais. A UE tão brevemente não será um espaço coeso como se quis mostrar nos primeiros anos de integração e como tem pretensões de o ser no futuro. Os grandes centros de decisão da União Europeia sempre se situaram nos países mais ocidentais do *Velho Continente*. Bruxelas, Estrasburgo e Haia sempre foram o centro das decisões relativamente ao rumo da UE.

A génese da CEE era claramente uma união dos países europeus na Europa Ocidental, de forma a diminuir a influência norte-americana na região e para se proteger do *bloco* de países do leste europeu que estava a ser criado contemporaneamente. Contudo, a realidade mudou e a cooperação exercida pela UE desde a Queda do Muro de Berlim, tem conduzido a UE a um novo rumo político.

Com uma Europa tão díspar, é necessário recolocar os centros de decisão em locais favoráveis ao diálogo entre as tradicionais *Duas Europas*. Neste sentido, novas cidades começarão a ganhar uma enorme importância a nível político. Segundo um artigo publicado pelo *Istituto di Sociologia Internazionale di Gorizia*¹, as cidades mais beneficiadas são Praga, Budapeste, Viena e Trieste, cidades que desde sempre foram um ponto de passagem e comunicação entre a Europa Ocidental e Setentrional. Com o alargamento da União Europeia e, dada a desintegração da antiga *Europa de Leste*, a maior parte dos Estados-Membros será oriunda do centro e leste do continente, sendo de prever que, inevitavelmente, muitas das instituições europeias se venha a deslocar para uma destas cidades mencionadas que ganharão uma nova dimensão europeia.

Por outro lado, a cooperação da UE nos Balcãs e a reconstrução económica desta região tem permitido a normalização das relações entre os estados que dela fazem parte, que culminou

sobretudo na implementação do *Dayton Triangle*. Aliada à pacificação na região, a entrada destes países da UE abolirá eventuais restrições económicas ainda existentes.

Com a abolição das fronteiras e mantendo-se o grau de cooperação entre as populações dos vários países, é de se esperar um renascimento daquilo que, ao nível sócio-económico, fora a Jugoslávia. A heterogeneidade cultural neste espaço e a manutenção de laços muito importantes entre as populações, vinte anos após o final do conflito que levou ao desmembramento do estado federal, será fundamental para que se assista novamente ao renascimento de pontuais economias regionais. A livre-circulação de pessoas, bens e serviços através das fronteiras, deverá levar a um ulterior aumento das interacções entre estes estados. A reconstrução pela qual estes países passaram após o final do conflito, ainda se torna insuficiente para fazer face às carências dos mesmos no que diz respeito à acessibilidade a recursos e meios de subsistência, pelo que a abertura das fronteiras levará ao restabelecimento dos laços comerciais e da interdependência entre várias empresas e consumidores.

A maior diferença no que diz respeito às relações entre os estados da Ex-Jugoslávia antes da dissolução do estado federal e após a integração da UE, consistirá no regime económico que orientará as relações, passando de uma economia socialista a uma moderna economia de mercado.

¹ Ver Gasparini, A. 1999

5. CONCLUSÕES

O conflito armado que se abateu sobre os Balcãs Ocidentais no início da década de noventa, teve consequências a vários níveis, quer económicos, quer políticos e sociais. A Europa, que retomara uma situação de harmonia com o final da Guerra Fria e com a queda do Muro de Berlim, mostrou-se incapacitada para responder a este obstáculo, que desafiava a própria UE, pondo em causa a sua PESC. O conflito despertou o interesse de toda a Comunidade Internacional, principalmente quando atingiu dimensões preocupantes com o cerco a Sarajevo e o massacre a Srebrenica. A Europa ficava então novamente em foco, não só pelo despoletar de um conflito étnico apenas cerca de cinquenta anos depois do final da 2ª Guerra Mundial, mas igualmente pela incapacidade da UE em controlar uma guerra que ameaçava as suas fronteiras externas.

Com o final do conflito, a União Europeia deparou-se com a emergência de novos estados independentes, que apresentavam graves problemas económicos e sociais. Foi então necessária uma revisão das políticas de cooperação da União Europeia, que até então estavam viradas em exclusivo para as antigas colónias dos seus Estados-Membros (Países ACP). Para a criação de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça no território europeu, tão ambicionada pela UE, é necessária uma cooperação forte com a Ex-Jugoslávia, não só a nível político, mas sobretudo a nível económico, com vista à melhoria das condições de vida das populações e ao estabelecimento de uma economia de mercado, essencial para uma futura adesão destes estados à Comunidade.

Com a dissertação que aqui foi apresentada, é possível verificar o enorme interesse que a União Europeia e os seus Estados Membros a nível individual demonstram pelos novos estados balcânicos. Este não é apenas visível através do estabelecimento de laços comerciais intensos e do fluxo de capital oriundo de alguns estados da UE na forma de investimento directo estrangeiro, mas principalmente através da reorientação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento,

que desempenha um papel fundamental para o funcionamento destas economias, em que vários mecanismos que têm vindo a permitir a concretização de reformas importantes. Como foi referido, o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão é o mais recente mecanismo de cooperação, que, programado para o período 2007-2013, apresenta os vários vectores que serão objecto de ajuda financeira por parte da UE, tendo em conta as carências que os países apresentam. Como resultado da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e de projectos de investimento, muitos deles sob a forma de privatização, foi possível retirar estes países dos escombros e colocá-los, apenas a pouco mais de uma década do final do conflito armado, num decisivo processo de pré-adesão à Comunidade.

Podemos concluir que existiu e existe um grande esforço financeiro realizado pela União Europeia na reconstrução económica e industrial daquela região balcânica, assim como uma grande vontade de criar condições de sustentabilidade para aquelas economias. A entrada de capital estrangeiro na Ex-Jugoslávia tem sido feito através dos vários instrumentos de cooperação e de Investimento Directo Estrangeiro. Este último meio beneficia não só o estado receptor que regista uma injeção de capital estrangeiro, criação de emprego e (quando ligado a actividades produtivas) aumento das exportações, como também o estado emissor que explora as vantagens comparativas daquele país.

Como seria de esperar, a UE tem sido o principal actor internacional interessado na cooperação com a Ex-Jugoslávia. Com efeito, os novos estados que nasceram da desintegração da Jugoslávia ocupam uma fatia importante da ajuda prestada pela União ao nível da cooperação internacional. Este facto veio alterar por completo a concepção de Ajuda Pública ao Desenvolvimento prestada pela CEE e depois pela UE, que tinha como exclusivos beneficiários os países ACP (Ásia, Caraíbas e Pacífico). Esta iniciativa trará consequências inevitáveis no futuro das relações externas dos países da Ex-Jugoslávia, os quais, além de continuarem o processo progressivo para entrada na UE, estabelecerão relações político-económicas estáveis

com os Estados-Membros. Em grande parte devido à cooperação exercida pela União Europeia, estes estados conseguirão num futuro próximo cumprir os critérios de Copenhaga.

A ajuda prestada pela União Europeia não se resume apenas ao aspecto económico, mas também ao campo político, incentivando os estados à democratização das instituições, à prática do Estado de Direito para cumprir deste modo as exigências dos critérios de Copenhaga a nível político. Com efeito, a difusão do Estado de Direito nas fronteiras externas da UE é uma prioridade ao nível da Política Externa de Segurança Comum, de forma a garantir a segurança dos cidadãos comunitários. Tal como é verificável pelos valores do Instrumento de Pré-Adesão, a componente Transição e Desenvolvimento Institucional é a prioritária da ajuda comunitária, tendo em vista, precisamente, a democratização das instituições, já que, só o progresso desta componente poderá conduzir a posteriores desenvolvimentos nas relações UE – Ex-Jugoslávia. Além disso, os Estados da Ex-Jugoslávia dispõem de um enorme conjunto de oportunidades para a UE. Com uma população menos envelhecida do que a média comunitária, dispendo de mão-de-obra qualificada, muitos recursos naturais por explorar e outros tantos sectores propícios para investimento, a Ex-Jugoslávia será uma fonte de oportunidades para a União Europeia. Por outro lado, a cidade de Sarajevo, o maior centro muçulmano situado no continente europeu, que durante algum tempo se viu isolada pela comunidade internacional, enquanto era destruída, ganhará uma importância política notável, vindo a ser, muito provavelmente, o grande interlocutor entre os estados islâmicos e a Comunidade, funcionando como um centro de diálogo inter-religioso.

Pode-se afirmar que o enquadramento internacional dos Estados que nasceram da dissolução da Ex-Jugoslávia, em virtude do papel prestado pela União Europeia e dos seus Estados-Membros na assistência para a reconstrução, passará inevitavelmente por uma integração europeia com poucos entraves político-económicos. Com efeito, a curta história destes países remete sempre para uma relação estreita de cooperação com as instituições comunitárias. Apesar

de existir pontualmente alguma tensão, como aquela que foi verificada entre a UE e a Sérvia com a declaração unilateral do Kosovo no início de 2008, a evolução económica remeterá sempre para uma integração dos Balcãs Ocidentais nas instituições comunitárias. Por outro lado, é praticamente inevitável a integração destes novos estados. A história recente da União Europeia tem sido marcada pelos dois alargamentos a “Leste”, através dos quais mais doze países passaram a fazer parte da União. Tendo em vista a evolução sentida a vários níveis em termos do cumprimento dos Critérios de Copenhaga, cabe à União Europeia preparar da melhor forma a adesão dos estados da Ex-Jugoslávia, dando continuidade aos programas de apoio às reformas institucionais, bem como aos fundos destinados ao incremento da actividade económica.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento da União Europeia para a Ex-Jugoslávia comportou, sem dúvida, um elevado esforço financeiro durante mais de uma década, que tomou forma através de vários mecanismos de apoio diferenciados, mas também uma ambição de reconstruir estados que fazem parte do futuro político e económico da União e assim concretizar a vertente das relações externas da UE. De entre as prioridades da agenda da UE está desde há alguns anos a Cooperação com a Ex-Jugoslávia, componente essencial para a dissolução das assimetrias regionais no *Velho Continente*.

Tendo em consideração a evolução favorável da conjuntura económica da Ex-Jugoslávia, através de melhorias substanciais nos indicadores macro-económicos, nas relações comerciais e na entrada de capital estrangeiro, pode-se concluir que estão reunidas as condições básicas para uma eficaz integração europeia da Ex-Jugoslávia na União Europeia. A integração destes países terminará simbolicamente com o isolamento a que foram sujeitos após a dissolução do Estado Federal e trará melhores oportunidades às suas populações, com vista à criação de uma Economia Europeia mais sólida e coesa.

BIBLIOGRAFIA

- Agency for Foreign Investments of the Republic of Macedonia (2007), Skopje
(<http://www.investinmacedonia.com>)
- Agency for the Development of Small and Medium Enterprises (2007), Belgrado
(<http://www.sme.sr.gov.yu>)
- Bieber, F. (2004), “Monténégro: démocratisation inachevée et débat autour d'identité”, *Le courrier des pays de l'Est* n.º 1043, pp. 67-75
- Comissão Europeia (1995), *Reconstrução da ex-Jugoslávia: gestão da ajuda da União Europeia e coordenação da ajuda internacional (Comunicação)*, Luxemburgo, pp. 6
- Comissão Europeia, *Contribuições financeiras da União Europeia para a reconstrução da ex-Jugoslávia*, Luxemburgo, pp. 8
- Comissão Europeia, *Parecer da Comissão Europeia relativo ao pedido de adesão da Eslovénia à União Europeia*, Luxemburgo, pp. 131
- Comissão Europeia (2007), *IPA Adriatic Cross-Border Cooperation Programme*, Bruxelas, pp. 95
- Comunidades Europeias, Conselho, *Protocolos ao acordo de cooperação CEE – Jugoslávia e outros textos de base*, Luxemburgo
- Costa, C. (2004), *Economia e Política da Construção Europeia: os desafios do processo de integração*, Lisboa: Terramar, pp. 340
- Damijan J. e Macjen B. (2003), *Trade Policy of Slovenia* - Blackwell Publishing Ltd, pp. 1364-1394
- Dias, J. (2004), “A União Europeia e a Cooperação para o Desenvolvimento”, in Romão, A. (org.), *Economia Europeia*, Lisboa: Celta Editora, pp. 323-334
- Eurostat (ec.europa.eu/eurostat) – Recolha de dados Estatísticos

- Fontoura, M. P. (2004), “Efeitos no Comércio da Integração Económica”, in Romão A. (org.) *Economia Europeia*, Lisboa: Celta Editora, pp. 79-94
- Foreign Investment Promotion Agency (FIPA) (2007), Sarajevo, (<http://www.fipa.gov.ba>)
- Friedman, F. (2004), *Bosnia and Herzegovina: a polity on the brink*, Londres: Routledge, 190 p.
- Gasparini, A. (1999), *Confini in Europa: Come se vive nelle città, nelle regioni, nelle culture di confini*, Gorizia: Istituto di Sociologia Internazionale di Gorizia, Università Degli Studi di Trieste, 20 p.
- Gordy, E. (2001), “Building a “normal, boring” country: kostunica’s Yugoslavia”, *Current history: a journal of contemporary world affairs*, pp. 109-113
- Guinnane, T. (et al.) (2007), *Putting the corporation in ITS place*, NBER working paper, Series; 13109, Cambridge: NBER, 61 p.
- Herzberg, B. (2004), *Investment climate reform-going the last mile: the bulldozer initiative in Bosnia and Herzegovina*, Washington: The World Bank, 51 p.
- Italijanski Institut Za Vanjsku Trgovinu (2006), *Rapporto-Paese Congiunto ICE/MAE*, Sarajevo
- Italijanski Institut Za Nadvoresna Trgovija (2006), *Rapporto-Paese Congiunto ICE/MAE* , Skopje
- Italijanski Institut Za Spoljnu Trgovinu (2006), *Rapporto-Paese Congiunto ICE/MAE*, Belgrado
- Koyama, Y. (2003), “The transition market economy in the successor states of former Yugoslavia: differences of a north and south”, *Working papers. Institute for World Economics*;135, Budapest, 42 p.
- Lokshin, M. (et. al) (2003), “Wage differentials and state-private sector employment choice in Yugoslavia”, *The economics of Transition*, pp. 463-492

- Medeiros, E. (2003), *Economia internacional*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 928 p.
- Ministero del Commercio Internazionale – BalcaniOnline (2007), Roma (coord.) (<http://www.balcanionline.it>) - *Flash News*, acedido a 11/06/2007, 14/07/2007 e 23/08/2007
- MonteNet (Sítio Oficial da República do Montenegro) <http://www.montenet.org/home/>, acedido a 24/08/2007
- Mrak, M., (et al.) (2004), *Slovenia: from Yugoslavia to the European Union*, Washington: The World Bank, 446 p.
- Niksic, S. (1996), *O virus balcânico: o caso da Jugoslávia*, Lisboa: Assírio e Alvim, 411 p.
- Pereira, C. (1999), *Da Jugoslávia à Jugoslávia: os Balcãs e a nova ordem europeia*, Lisboa: Cotovia, 660 p.
- Psychological Operations in Bosnia (<http://www.psywarrior.com/BosniaHerb.html>), acedido a 14/10/2007
- Rappresentanza Permanente d'Italia presso l'Unione Europea (2007), Bruxelas - *IPA 2007-2013: Il Nuovo Strumento di Pre-Adesione*
- Rogel, C. (2004), *The breakup of Yugoslavia and its aftermath*, Westport: Greenwood, 220 p.
- Roux, M. (2004), “Bosnie-Herzégovine: l'Union européenne, Horizon lointain”, *Le courrier des pays de l'Est*, n. ° 1044, pp. 20-35
- Talijanski Institut Za Vanjsku Trgovinu (2006), *Rapporto-Paese Congiunto ICE/MAE*, Zagreb
- The World Bank (2004), *Bosnia and Herzegovina: post-conflict reconstruction and the transition to a market economy: an OED evaluation of World Bank support*, Washington: The World Bank, 84 p.

The World Bank (1997), *Bosnia and Herzegovina: from recovery to sustainable growth*, Washington: The World Bank, 105 p.

Trade and Investment Promotion Agency (2007), Zagreb (<http://www.apiu.hr>), acedido a 21/07/2007

Troude, A., “La Bosnie six ans après les accords de Dayton: le rôle des organisations internationales” (2002), *Le courrier des pays de l'Est*, n. ° 1023, pp. 14-24

UNCTAD – Handbook of Statistics 2006-07 (<http://www.unctad.org>) , acedido a 26/06/2008

UNCTAD – World Investment Report 2007 (<http://www.unctad.org>), acedido a 02/07/2008

Vurusic, V. (Junho de 2007), “Kosovo– Um país a nascer”, *Courrier International* n.º 117, pp. 8-14

Worldlicensedplates (http://www.worldlicenseplates.com/world/EU_YUGO.html), acedido a 6/10/2007



ANEXOS

Anexo n.º 1 – Mapa da Jugoslávia antes da Dissolução



Fonte: www.worldlicenseplates.com/world/EU_YUGO.html

Anexo n.º 2 – Mapa da Ex-Jugoslávia, após a dissolução do Estado Federal



Fonte: www.psywarrior.com/BosniaHerb.html

Anexo n.º 3 – Mapa da Divisão Étnica da Jugoslávia



Fonte: <http://www.montenet.org/home/yugoslav.jpg>